



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

RELATÓRIO DA CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA 2ª VARA DO TRABALHO DE TAQUARA EM 18.08.2015

Aos 18 dias do mês de agosto de 2015, compareceu à sede da 2ª Vara do Trabalho de Taquara a Excelentíssima Senhora **CARMEN GONZALEZ**, Desembargadora Vice-Corregedora do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, acompanhada da servidora Nádia Beatriz Dadalt, para Correição Ordinária anual, nos termos legais e regimentais, conforme os autos do Processo Administrativo nº 0003803-33.2015.5.04.0000. A Desembargadora Vice-Corregedora e a sua equipe foram recebidas pelo Juiz Titular JOSÉ LUIZ DIBE VESCOVI, pela Juíza Substituta LÚCIA RODRIGUES DE MATOS, pelo Diretor de Secretaria PEDRO HOLZBACH, e pelos servidores lotados nessa Vara do Trabalho. Com base nas informações prestadas pelos Gestores da Vara do Trabalho, nos autos de processos analisados e nos dados oriundos dos sistemas disponibilizados a esta Vice-Corregedoria Regional, apurou-se o seguinte:

1 INFORMAÇÕES GERAIS

Data da instalação da Vara do Trabalho: 14.05.1993

Data da última correição realizada: 04.11.2014

Jurisdição: Igrejinha, Parobé, Riozinho, Rolante, Taquara, Três Coroas.

1.1 Período Correcionado: de 1º.01.2014 a 18.08.2015

2 ESTRUTURA FUNCIONAL

2.1 JUÍZES

2.1.1 Regime de Lotação

Nos termos da Portaria nº 01, de 03.03.2015, da Corregedoria Regional deste TRT, a 2ª Vara do Trabalho de Taquara pertence à 63ª circunscrição da jurisdição territorial da Justiça do Trabalho da 4ª Região. Essa circunscrição compreende quatro vagas de zoneamento.

2.1.2 Juizes Atuais

| Juiz(a) | Situação | Período |
|----------------------------------|-------------------------|------------------|
| José Luiz Dibe Vescovi | Juiz Titular | Desde 16.05.2002 |
| Oswaldo Antonio da Silva Stocher | Juiz Substituto Zoneado | Desde 13.04.2015 |



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

| | | |
|---------------------------------|---------------------------------|------------------|
| Lúcia Rodrigues de Matos | Juíza Substituta Zoneada | Desde 13.04.2015 |
| Edenir Barbosa Domingos | Juiz Substituto Zoneado | Desde 13.04.2015 |
| Jaqueline Maria Menta | Juíza Substituta Zoneada | Desde 13.04.2015 |

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 10.08.2015)

2.1.3 Juízes que Atuaram no Período Correccionado

| | Juiz(a) | Período(s) | Situação/Motivo | Total |
|-----------------------------|-----------------------------------------|--------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------|
| - | José Luiz Dibe Vescovi | Desde 16.05.2002 | Juiz Titular | - |
| 1 | Lúcia Rodrigues de Matos | De 06.02 a 07.03.2014 (30d) | Juiz Titular em férias | 355 dias |
| | | De 14 a 20.07.2014 (07d) | | |
| | | De 16.07 a 14.08.2015 (30d) | | |
| | | De 10.03 a 08.04.2014 (30d) | Juiz Auxiliar – Atuação na 1ª, 2ª, 3ª e 4ª VTs de Taquara – Regime de Juiz Auxiliar compartilhado | |
| | | De 12.05 a 11.06.2014 (31d) | | |
| | | De 15.09 a 14.11.2014 (61d) | | |
| | | De 12.03 a 12.04.2015 (32d) | | |
| | | De 13.05 a 21.06.2015 (40d) | | |
| De 17.08 a 18.11.2015 (94d) | | | | |
| 2 | Charles Lopes Kuhn | De 10 a 16.03.2014 (07d) | Juiz Auxiliar – Atuação na 1ª, 2ª, 3ª e 4ª VTs de Taquara – Regime de Juiz Auxiliar compartilhado | 38 dias |
| | | De 12.05 a 11.06.2014 (31d) | | |
| 3 | André Sessim Parisenti | De 14.03 a 08.04.2014 (26d) | Juiz Auxiliar – Atuação na 1ª, 2ª, 3ª e 4ª VTs de Taquara – Regime de Juiz Auxiliar compartilhado | 44 dias |
| | | De 28.10 a 14.11.2014 (18d) | | |
| 4 | Patricia Helena Alves de Souza | De 22.04 a 11.05.2014 (20d) | Juiz Auxiliar – Atuação na 1ª, 2ª, 3ª e 4ª VTs de Taquara – Regime de Juiz Auxiliar compartilhado | 20 dias |
| 5 | Oswaldo Antonio da Silva Stocher | De 21.07 a 12.08.2014 (23d) | Juiz Titular em férias | 264 dias |
| | | De 09.02 a 10.03.2015 (30d) | | |
| | | De 09.04 a 11.05.2014 (33d) | Juiz Auxiliar – Atuação na 1ª, 2ª, 3ª e 4ª VTs de Taquara – Regime de Juiz Auxiliar compartilhado | |
| | | De 01 a 27.10.2014 (27d) | | |
| | | De 12.03 a 03.05.2015 (53d) | | |



**PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL**

| | | | | |
|----------|---------------------------------------------------|--------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------|
| | | De 18.05 a 21.06.2015 (35d) | | |
| | | De 17.08 a 18.10.2015 (63d) | | |
| 6 | Adriana Ledur | De 22 a 30.09.2014 (09d) | Juiz Auxiliar – Atuação na 1ª, 2ª, 3ª e 4ª VTs de Taquara – Regime de Juiz Auxiliar compartilhado | 09 dias |
| 7 | Jaqueline Maria Menta | De 13.04 a 12.05.2015 (30d) | Juiz Auxiliar – Atuação na 1ª, 2ª, 3ª e 4ª VTs de Taquara – Regime de Juiz Auxiliar compartilhado | 48 dias |
| | | De 22 a 23.06.2015 (02d) | | |
| | | De 29.06 a 14.07.2015 (16d) | | |
| 8 | Cláudia Elisandra de Freitas Carpenedo | De 04 a 12.05.2015 (09d) | Juiz Auxiliar – Atuação na 1ª, 2ª, 3ª e 4ª VTs de Taquara – Regime de Juiz Auxiliar compartilhado | 09 dias |
| 9 | Edenir Barbosa Domingos | De 22.06 a 14.07.2015 (23d) | Juiz Auxiliar – Atuação na 1ª, 2ª, 3ª e 4ª VTs de Taquara – Regime de Juiz Auxiliar compartilhado | 23 dias |

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 10.08.2015)

2.1.4 Afastamentos dos Juízes Titulares e Substitutos lotados durante o período correccionado

| Juiz(a) | | Motivo | Dias de Afastamento | Total |
|----------------|-------------------------------|--------|--------------------------------|-----------------|
| Titular | José Luiz Dibe Vescovi | Férias | De 06.02 a 07.03.2014 (30d) | 122 dias |
| | | | De 14.07 a 12.08.2014 (30d) | |
| | | | De 09.02 a 10.03.2015 (30d) | |
| | | | De 16.07 a 14.08.2015 (30d) | |
| | | LTS | De 23 a 24.04.2015 (02d) | |

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 10.08.2015)



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

2.2 SERVIDORES

2.2.1 Servidores Lotados na Vara do Trabalho

| | Servidor(a) | Cargo | Função | Data de Exercício na Unidade Judiciária |
|----|-------------------------------------|-------------------------------------------|----------------------------------------------------------|-----------------------------------------|
| 1 | Pedro Holzbach | Técnico Judiciário – Área Administrativa | Diretor de Secretaria (CJ3) (desde 15.05.2000) | 20.09.1993 |
| 2 | Carlos Miguel Tafernaberry | Analista Judiciário - Área Judiciária | Assistente de Juiz Titular (FC05) | 02.09.2002 |
| - | Claudia Monteiro Marino | Analista Judiciário - Área Judiciária | Assistente de Juiz Substituto (FC05) | 11.09.2014 |
| 3 | Luiza de Castilhos Rypl | Técnico Judiciário – Área Administrativa | Assistente de Diretor de Secretaria (FC04) | 29.04.2002 |
| 4 | Eduardo da Rosa Kappel | Técnico Judiciário – Área Administrativa | Secretário de Audiência (FC03) | 01.07.1993 |
| 5 | Ana Patricia Apollo | Analista Judiciário - Área Administrativa | Assistente (FC02) | 01.07.1996 |
| 6 | Cristiani Pandolfo | Analista Judiciário - Área Judiciária | Assistente (FC02) | 25.06.2003 |
| 7 | Luis Gustavo Teixeira Jaeger | Técnico Judiciário – Área Administrativa | Assistente (FC02) | 03.07.2009 |
| 8 | Carine Vieira Braier | Técnico Judiciário – Área Administrativa | - | 17.03.2014 |
| 9 | Juliana Magrini Villela | Técnico Judiciário – Área Administrativa | - | 09.10.2008 |
| 10 | Leonardo Von Muhlen | Técnico Judiciário – Área Administrativa | - | 05.10.2004 |
| 11 | Mariane Becker | Técnico Judiciário – Área Administrativa | - | 27.08.2012 |



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

| | | | | |
|----|---------------------------------------|------------------------------------------|---|------------|
| 12 | Maximo Cecilio dos Santos Neto | Técnico Judiciário – Área Administrativa | - | 27.02.2003 |
|----|---------------------------------------|------------------------------------------|---|------------|

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 30.07.2015)

2.2.2 Padronização da Estrutura de Pessoal – Resolução nº 63/CSJT

| Processos Recebidos (Média Trienal dos anos de 2012, 2013 e 2014) | Faixa Processual (Resolução nº 63/2010) | Lotação na Unidade Judiciária | Lotação Adequada (Resolução nº 63/2010) |
|-------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------|-------------------------------|-----------------------------------------|
| 1.390 processos | 1.001 a 1.500 | 12 servidores | 11 a 12 servidores |

De acordo com a Resolução nº 63/2010 do CSJT, que instituiu a padronização da estrutura organizacional e de pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus, com as alterações previstas na Resolução nº 83/2011, também do CSJT, o número atual de servidores da 2ª Vara do Trabalho de Taquara está **adequado** à quantidade prevista na referida norma.

2.2.3 Afastamento dos Servidores

| Servidor(a) | Motivo | Dias de Afastamento | Total |
|-----------------------------------|----------------------------------------|---------------------|-----------------|
| Pedro Holzbach | Curso ou Evento | 08 dias | 09 dias |
| | Curso Parcial | 01 dia | |
| Carlos Miguel Tafernaberry | Curso ou Evento | 01 dia | 06 dias |
| | Dispensa do ponto | 05 dias | |
| Luiza de Castilhos Rypl | Curso ou Evento | 01 dia | 182 dias |
| | Licença-gestante | 180 dias | |
| | Licença para Tratamento de Saúde (LTS) | 01 dia | |
| Eduardo da Rosa Kappel | Curso ou Evento | 01 dia | 08 dias |
| | Curso Parcial | 05 dias | |
| | Dispensa médica | 02 dias | |
| Ana Patricia Apollo | Curso ou Evento | 02 dias | 22 dias |
| | Curso Parcial | 05 dias | |
| | Dispensa médica | 02 dias | |
| | Falecimento de Pessoa da Família | 08 dias | |
| | Doença em Pessoa da | 01 dia | |



**PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL**

| | | | |
|---------------------------------------|-------------------------------------------|---------|----------------|
| | Família | | |
| | Licença para Tratamento de Saúde (LTS) | 03 dias | |
| | Fruição dos Dias Trabalhados nas Eleições | 01 dia | |
| Cristiani Pandolfo | Curso ou Evento | 05 dias | 17 dias |
| | Curso Parcial | 05 dias | |
| | Dispensa Médica | 02 dias | |
| | Licença para Tratamento de Saúde (LTS) | 05 dias | |
| Luis Gustavo Teixeira Jaeger | Curso Parcial | 05 dias | 06 dias |
| | Licença para Tratamento de Saúde (LTS) | 01 dia | |
| Carine Vieira Braier | Curso ou Evento | 05 dias | 23 dias |
| | Curso Parcial | 05 dias | |
| | Dispensa Médica | 01 dia | |
| | Licença para Tratamento de Saúde (LTS) | 12 dias | |
| Juliana Magrini Villela | Doença em Pessoa da Família | 03 dias | 08 dias |
| | Licença para Tratamento de Saúde (LTS) | 05 dias | |
| Leonardo Von Muhlen | Curso ou Evento | 02 dias | 15 dias |
| | Curso Parcial | 05 dias | |
| | Dispensa Médica | 07 dias | |
| | Licença para Tratamento de Saúde (LTS) | 01 dia | |
| Mariane Becker | Curso Parcial | 05 dias | 06 dias |
| | Doação de Sangue | 01 dia | |
| Maximo Cecilio dos Santos Neto | Curso ou Evento | 01 dia | 09 dias |
| | Curso Parcial | 05 dias | |
| | Doença em Pessoa da Família | 02 dias | |
| | Fruição dos Dias Trabalhados nas Eleições | 01 dia | |

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 31.07.2015)

2.2.4 Movimentação de Servidores durante o Período Correcionado



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

| Servidor(a) | Data de Lotação | Data de Saída | Tempo de Permanência na Unidade Judiciária | Motivo da Saída |
|------------------------------------|-----------------|---------------|--------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------|
| 1 Ana Lucia Diogo Vargas | 29.10.2013 | 10.09.2014 | 10 meses e 11 dias | Lotação no Gab. Des. Juraci Galvão Jr. – Assistente de Gabinete (FC05) |

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 03.08.2015)

* O servidor já ocupava função comissionada de Assistente de Juiz Titular/Substituto (FC05) na Vara do Trabalho correccionada.

2.2.5 Estagiários

| Estagiário | Curso em Andamento | Período |
|------------------------|---------------------|-------------------------|
| 1 André Luis Corrêa | Superior em Direito | 04.11.2013 a 31.10.2015 |

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 03.08.2015)

2.3 CAPACITAÇÃO

2.3.1 Capacitação dos Juízes Titulares e Substitutos lotados durante o período correccionado

| Juiz | Gestão Estratégica | PJe | Demais Cursos | Total |
|-----------------------------------------------|--------------------|----------|---------------|-----------------|
| José Luiz Dibe Vescovi Juiz Titular | - | 12 horas | 23 horas | 35 horas |

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 12.08.2015)

2.3.2 Capacitação dos Servidores

| Servidor(a) | Gestão Estratégica | PJe | Demais Cursos | Total |
|-------------------------------------|--------------------|----------|---------------|--------------------|
| Pedro Holzbach * | 71,5 horas | 20 horas | 40 horas | 131,5 horas |
| Carlos Miguel Tafernaberry | - | 8 horas | - | 8 horas |
| Claudia Monteiro Marino | - | 4 horas | 12 horas | 16 horas |
| Luiza de Castilhos Rypl | 33 horas | 20 horas | 74 horas | 127 horas |
| Eduardo da Rosa Kappel | - | 26 horas | 5 horas | 31 horas |
| Ana Patricia Apollo | - | 20 horas | 18 horas | 38 horas |
| Cristiani Pandolfo | 20 horas | 20 horas | 25 horas | 65 horas |
| Luis Gustavo Teixeira Jaeger | - | 20 horas | 85 horas | 105 horas |



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

| | | | | |
|---------------------------------------|----------|----------|------------|------------|
| Carine Vieira Braier | - | 20 horas | 116 horas | 136 horas |
| Juliana Magrini Villela | - | 20 horas | 75 horas | 95 horas |
| Leonardo Von Muhlen | - | 20 horas | 18 horas | 38 horas |
| Mariane Becker | 20 horas | 20 horas | 9, 5 horas | 49,5 horas |
| Maximo Cecilio dos Santos Neto | - | 26 horas | - | 26 horas |

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 03.08.2015)

* Gestor da Unidade Judiciária.

3 MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

3.1 ACERVO DE PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO

| Situação | 2013 | 2014 | Variação% 2013-2014 | 2015 (até junho) | Variação% 2014-2015 (até junho) |
|------------------------------------------------------|--------------|--------------|------------------------|------------------------|---------------------------------------|
| Pendentes de finalização na fase de conhecimento* | 1.573 | 1.550 | -1,46% | 1.721 | 11,03% |
| Pendentes de finalização na fase de liquidação** | 89 | 174 | 95,51% | 155 | -10,92% |
| Pendentes de finalização na fase de execução*** | 919 | 870 | -5,33% | 944 | 8,51% |
| Cartas precatórias e de ordem pendentes de devolução | 23 | 21 | -8,70% | 14 | -33,33% |
| Total | 2.604 | 2.615 | 0,42% | 2.834 | 8,37% |

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 05.08.2015)

* Consideram-se finalizados, na fase de conhecimento, os processos: a) remetidos à outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso; b) arquivados definitivamente; c) com entrega definitiva dos autos à parte; d) com início da fase de liquidação ou de execução.

** Consideram-se finalizados, na fase de liquidação, os processos: a) remetidos à outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para liquidação; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais; d) com execução iniciada.

*** Consideram-se finalizados os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais: a) remetidos à outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para execução; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais.

No ano de 2014, o acervo de processos em tramitação na Unidade Judiciária manteve-se estável na comparação com o ano de 2013 (aumento de 0,42% = onze processos), enquanto na 4ª Região houve, em média, aumento de 2,78% no estoque de processos em tramitação.

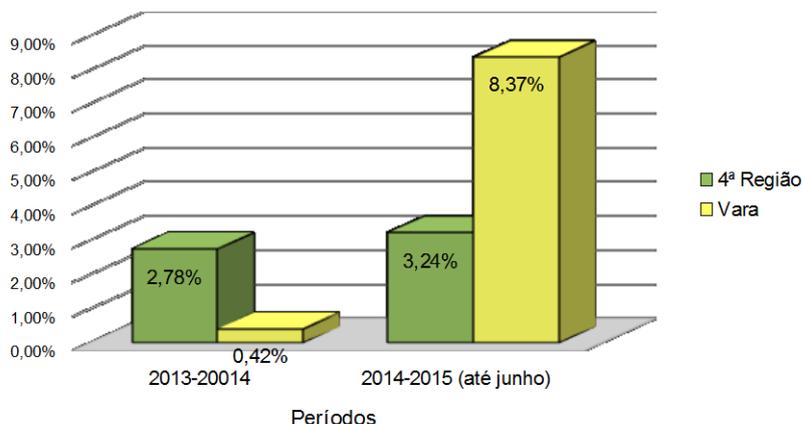
Houve redução de 23 processos pendentes de finalização na fase de conhecimento, e de 49 processos na fase de execução; em contrapartida, aumentou em 85 o número de processos pendentes de finalização na fase de liquidação.

Os dados parciais colhidos até junho de 2015 indicam aumento de 8,37% no acervo de processos tramitando na Unidade Judiciária, enquanto na 4ª Região se verifica aumento de 3,24% do estoque no mesmo período. Especificações no gráfico abaixo.



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

Variação percentual do acervo de processos tramitando



3.2 FASE DE CONHECIMENTO

3.2.1 Processos pendentes de solução

| | 2013 | 2014 | Variação% 2013-2014 | 2015 (até junho) | Variação% 2014-2015 (até junho) |
|--------------------------------------------------------|-------|-------|------------------------|---------------------|---------------------------------------|
| Casos novos | 1.408 | 1.342 | -4,69% | 943 | -29,73% |
| Sentença Anulada/Reformada | 8 | 18 | 125,00% | 1 | -94,44% |
| Processos solucionados (com e sem resolução de mérito) | 1.341 | 1.210 | -9,77% | 713 | -41,07% |
| Processos pendentes de solução | 767 | 858 | 11,86% | 1.068 | 24,48% |

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 05.08.2015)

* Consideram-se solucionados, na fase de conhecimento, os processos em que proferida decisão com ou sem resolução de mérito

O estoque de processos pendentes de solução na fase de conhecimento em 2014, na Unidade Judiciária, cresceu 11,86% em relação ao ano anterior, enquanto na 4ª Região houve acréscimo de 17,69%.

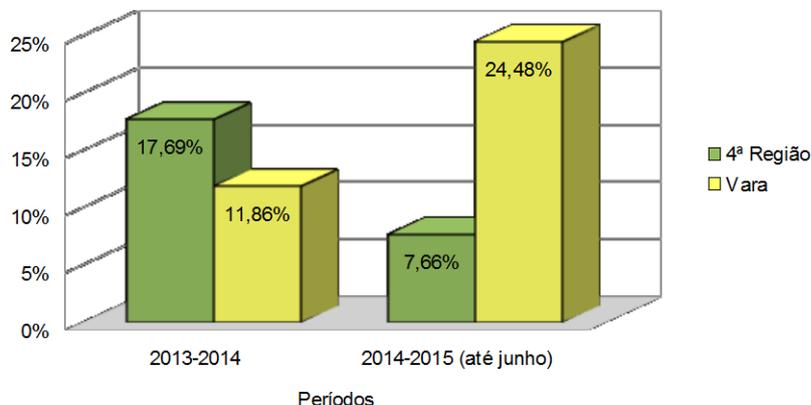
Esse resultado decorre da redução em 9,77% no número de processos solucionados na comparação com 2013, associado à queda de 4,69% no número de casos novos em 2014.

Os dados parciais colhidos até junho de 2015 refletem crescimento do estoque de processos pendentes de solução na Unidade Judiciária (24,48%), superior à média regional aferida no mesmo período (7,66%).



**PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL**

Variação percentual dos processos
pendentes na fase de conhecimento



A maior parte dos processos pendentes de solução na fase de conhecimento aguarda encerramento da instrução processual. O número de processos aguardando prolação de sentença com prazo vencido passou de 17 em 2013 para 27 em 2014, e até junho de 2015 recuou para 22 processos nessa situação. Especificações no quadro abaixo.

| Situação dos processos pendentes na fase de conhecimento | | | | | |
|-----------------------------------------------------------------|------------|------------|------------------------|-------------------|-------------------------------------|
| | 2013 | 2014 | Variação% 2013-2014 | 2015 (até ...) | Variação% 2014-2015 (até ...) |
| Aguardando 1ª sessão de audiência | 103 | 207 | 100,97% | 493 | 138,16% |
| Aguardando encerramento da instrução | 604 | 551 | -8,77% | 510 | -7,44% |
| Aguardando prolação de sentença – no prazo | 43 | 73 | 69,77% | 43 | -41,10% |
| Aguardando prolação de sentença – com prazo vencido | 17 | 27 | 58,82% | 22 | -18,52% |
| TOTAL | 767 | 858 | 11,86% | 1.068 | 24,48% |

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 05.08.2015)

3.2.2 Taxa de congestionamento*

| Fase de conhecimento | | | | | |
|--------------------------------|--------|--------|------------------------|---------------------|---------------------------------------|
| | 2013 | 2014 | Variação% 2013-2014 | 2015 (até junho) | Variação% 2014-2015 (até junho) |
| 2ª Vara do Trabalho de Taquara | 45,15% | 43,11% | -4,52% | 60,43% | 40,18% |



**PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL**

| | | | | | |
|-------------------------------|--------|--------|-------|--------|--------|
| Média no TRT4 1ª Instância | 40,94% | 44,33% | 8,28% | 61,09% | 37,81% |
|-------------------------------|--------|--------|-------|--------|--------|

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 05.08.2015)

* Taxa de congestionamento = 1 - [número de processos solucionados/(resíduo anterior+processos recebidos)]

A Taxa de Congestionamento na fase de conhecimento é um indicador que corresponde ao percentual de processos não julgados em determinado período. Tem como objetivo medir a efetividade dos Tribunais, levando-se em conta o estoque de processos pendentes do período anterior, o total de casos novos que ingressaram e os casos solucionados.

Na 2ª Vara do Trabalho de Taquara, a taxa de congestionamento da fase de conhecimento recuou de 45,15% em 2013 para 43,11% no ano de 2014, alcançando 60,43% em junho de 2015, permanecendo, ainda assim, abaixo do congestionamento médio regional.

3.2.3 Processos solucionados

| Solução | | Fase de conhecimento | | | | | |
|------------------------------|-----------------------------|----------------------|------------|--------------|------------|-------------------|------------|
| | | 2013 | | 2014 | | 2015 (até xxx) | |
| | | Qtd | % | Qtd | % | Qtd | % |
| Com exame de mérito | Conciliação | 870 | 64,88 | 786 | 64,96 | 478 | 67,04 |
| | Julgado procedente | 21 | 1,57 | 20 | 1,65 | 11 | 1,54 |
| | Julgado procedente em parte | 251 | 18,72 | 232 | 19,17 | 140 | 19,64 |
| | Julgado improcedente | 58 | 4,33 | 37 | 3,06 | 12 | 1,68 |
| | Extinto | 0 | 0 | 1 | 0,08 | 0 | 0 |
| | Outras decisões | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Sem exame de mérito | Extinto | 9 | 0,67 | 10 | 0,83 | 4 | 0,56 |
| | Arquivamento (art. 844 CLT) | 89 | 6,64 | 81 | 6,69 | 46 | 6,45 |
| | Desistência | 28 | 2,09 | 37 | 3,06 | 21 | 2,95 |
| | Outras decisões | 15 | 1,12 | 6 | 0,5 | 1 | 0,14 |
| TOTAL | | 1.341 | 100 | 1.210 | 100 | 713 | 100 |

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 05.08.2015)

Em 2014, a Unidade Judiciária solucionou 131 processos a menos, na comparação com o ano de 2013, refletindo queda de 9,77%, enquanto nas demais Unidades Judiciárias da 4ª Região o recuo médio no número de processos solucionados foi de 2,67%.

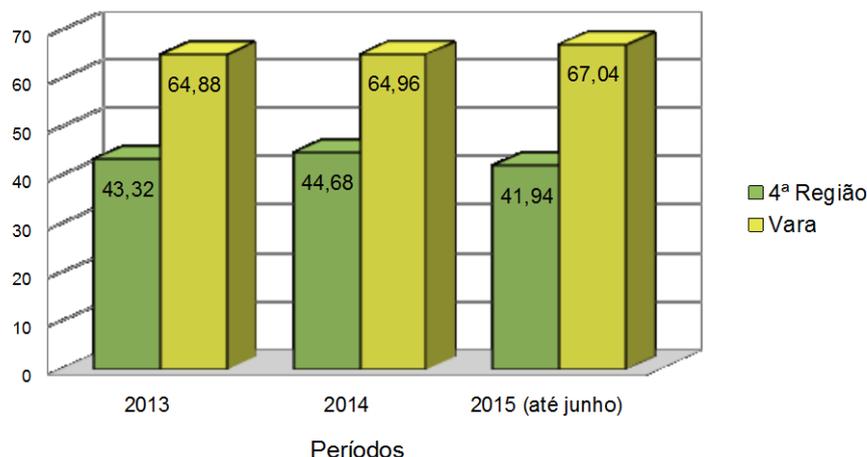
Com relação às decisões com resolução de mérito (excluídas as homologações de acordo) verificou-se recuo de 12,12%, passando de 330 decisões em 2013 para 290 em 2014; no mesmo período, na 4ª Região, houve redução média de 2,91% no número de decisões com resolução de mérito. Diminuiu o número de homologações de acordo (de 870 em 2013 para 786 em 2014), mas o percentual de conciliações em relação ao total de



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

processos solucionados manteve-se estável (65%), e acima da média regional. Especificações no gráfico abaixo.

Percentual de conciliações nos processos solucionados



3.3 FASE DE LIQUIDAÇÃO

3.3.1 Processos pendentes de liquidação

| | 2013 | 2014 | Variação% 2013-2014 | 2015 (até junho) | Variação% 2014-2015 (até junho) |
|-----------------------|------|------|------------------------|---------------------|---------------------------------------|
| Iniciadas | 164 | 185 | 12,80% | 118 | -36,22% |
| Encerradas | 192 | 99 | -48,44% | 130 | 31,31% |
| Pendentes | 84 | 163 | 94,05% | 148 | -9,20% |
| Em Arquivo Provisório | 2 | 5 | 150,00% | 5 | 0,00% |

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 05.08.2015)

O estoque de processos pendentes na fase de liquidação na Unidade Judiciária passou de 84 em 2013 para 163 em 2014, representando acréscimo de 94,05%. Esse resultado reflete a majoração de 12,80% no número de liquidações iniciadas em 2014 associada à redução de 48,44% no número de liquidações encerradas no período.

Os dados parciais colhidos até junho de 2015 refletem recuo de 9,20% no estoque de liquidações pendentes na Unidade Judiciária.

3.3.2 Taxa de congestionamento*

Fase de liquidação



**PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL**

| | 2013 | 2014 | Varição% 2013-2014 | 2015 (até junho) | Varição% 2014-2015 (até junho) |
|--------------------------------|--------|--------|-----------------------|---------------------|--------------------------------------|
| 2ª Vara do Trabalho de Taquara | 19,67% | 63,20% | 221,36% | 53,74% | -14,97% |
| Média no TRT4 1ª Instância | 42,12% | 44,16% | 4,83% | 58,84% | 33,25% |

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 05.08.2015)

* Taxa de congestionamento = 1 - [número liquidações encerradas/(resíduo anterior+liquidações iniciadas)]

A taxa de congestionamento na Unidade Judiciária na fase de liquidação aumentou de 19,67% em 2013 para 63,20% em 2014, superando o congestionamento médio regional de 44,16%. Até junho de 2015, recuou para 53,74%, menor que o congestionamento médio aferido na 4ª Região, de 58,74%.

3.4 FASE DE EXECUÇÃO

3.4.1 Processos pendentes na fase de execução

| | | 2013 | 2014 | Varição 2013- 2014 | 2015 (até junho) | Varição 2014- 2015 (até junho) |
|-----------------------------|------------------------------------------|------------|------------|--------------------------|------------------------|-----------------------------------------|
| Entradas | Iniciadas | 250 | 133 | -46,80% | 155 | 16,54% |
| | Desarquivadas para prosseguimento | 28 | 496 | 1671,43 % | 11 | -97,78% |
| Saídas | Encerradas | 252 | 197 | -21,83% | 126 | -36,04% |
| | Arquivadas Provisoriamente | 66 | 55 | -16,67% | 31 | -43,64% |
| Pendentes | Exclusivamente de crédito previdenciário | 12 | 7 | -41,67% | 8 | 14,29% |
| | Demais | 510 | 420 | -17,65% | 429 | 2,14% |
| | Total | 522 | 427 | -18,20% | 437 | 2,34% |
| Saldo no arquivo Provisório | | 1.144 | 604 | -47,20% | 622 | 2,98% |

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 05.08.2015)

Em 2014, na 2ª Vara do Trabalho de Taquara, houve redução de 21,83% no número de execuções encerradas em relação ao ano de 2013, enquanto na 4ª Região a queda no número de execuções encerradas foi de 5,57%. A Unidade Judiciária também diminuiu em 46,80% o número de execuções iniciadas em 2014, na comparação com o ano de 2013.

Ainda assim, o estoque de execuções pendentes na unidade correccionada apresentou recuo de 18,20% em relação ao saldo do ano



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

anterior, enquanto na 4ª Região houve queda de 2,5% no total de processos pendentes da fase de execução.

Para 2015, os dados parciais colhidos até junho refletem aumento de 2,34% no número de processos pendentes da fase de execução.

3.4.2 Taxa de congestionamento*

| Fase de execução (sem arquivo provisório) | | | | | |
|-------------------------------------------|--------|--------|------------------------|---------------------|---------------------------------------|
| | 2013 | 2014 | Variação% 2013-2014 | 2015 (até junho) | Variação% 2014-2015 (até junho) |
| 2ª Vara do Trabalho de Taquara | 76,77% | 69,92% | -8,92% | 78,35% | 12,05% |
| Média no TRT4 1ª Instância | 69,60% | 70,81% | 1,74% | 83,77% | 18,29% |

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 05.08.2015)

* Taxa de congestionamento = $1 - \frac{\text{número execuções encerradas}}{\text{resíduo anterior} + \text{execuções iniciadas}}$

A taxa de congestionamento na Unidade Judiciária na fase de execução passou de 76,77% em 2013 para 69,92% em 2014, alcançando 78,35% em junho de 2015, mantendo-se abaixo do congestionamento médio regional.

| Taxa de congestionamento – fase de execução (com arquivo provisório) | | | | | |
|----------------------------------------------------------------------|--------|--------|------------------------|---------------------|---------------------------------------|
| | 2013 | 2014 | Variação% 2013-2014 | 2015 (até junho) | Variação% 2014-2015 (até junho) |
| 2ª Vara do Trabalho de Taquara | 89,17% | 89,05% | -0,13% | 89,38% | 0,37% |
| Média no TRT4 1ª Instância | 84,51% | 84,91% | 0,47% | 90,64% | 6,74% |

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 05.08.2015)

Com a inclusão dos processos arquivados provisoriamente na base de cálculo, a taxa de congestionamento da Unidade Judiciária, na fase de execução, ficou em 89,05% no ano de 2014, acima do congestionamento médio da 4ª Região, de 84,91%.

3.4.3 Banco Nacional de Devedores Trabalhistas

| | 2013 | 2014 | Variação% 2013-2014 | 2015 (até junho) | Variação% 2014-2015 |
|--|------|------|------------------------|---------------------|------------------------|
|--|------|------|------------------------|---------------------|------------------------|



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

| (até junho) | | | | | |
|----------------------------------------------------|-------|-------|---------|-------|---------|
| Processos com inclusão de devedor no BNDT | 89 | 47 | -47,19% | 35 | -25,53% |
| Processos com exclusão de devedor no BNDT | 0 | 0 | - | 0 | - |
| Saldo de processos com devedores inscritos no BNDT | 1.151 | 1.135 | -1,39% | 1.117 | -1,59% |

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 05.08.2015)

O Banco Nacional de Devedores Trabalhistas – BNDT, banco de dados de pessoas físicas e jurídicas devedoras inadimplentes em processo de execução trabalhista definitiva, foi organizado para expedição da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT. A fim de que se mantenham fidedignas as informações prestadas pela CNDT, impõe-se a atenção das Unidades Judiciárias de primeiro grau aos procedimentos de inclusão, alteração e exclusão de dados dos executados no referido banco de dados.

Nos termos do art. 2º do Provimento Conjunto nº 19, da Presidência e da Corregedoria Regional do TRT4, de 27.12.2011, os atos relacionados à alteração da condição e exclusão do devedor no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) **devem ser realizados com prioridade** pelas Unidades Judiciárias. Para verificação do pleno cumprimento desse item pela 2ª Vara do Trabalho de Taquara, foi realizado cotejo entre a listagem de execuções encerradas definitivamente em 2013 e 2014 com a listagem do saldo de processos com devedores ainda inscritos no BNDT. Dessa consulta resultaram **02 processos** com execução encerrada definitivamente e que ainda possuem devedores inscritos no BNDT.

| Processo | Situação Processual | Histórico BNDT |
|---------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 0026000-83.2004.5.04.0382 | Em 29/10/2014 foi lançado no inFOR o andamento “entinta a Execução” e, em 06/11/2014, o andamento “arquivado definitivamente”. | A reclamada Vulcabras-Azaleia-RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A. foi incluída o BNDT em 22/09/2011, com a informação “com garantia”. |
| 0002900-26.2009.5.04.0382 | Em 09/01/2015 foi lançado no inFOR o andamento “entinta a Execução” e, em 19/01/2015, o andamento “arquivado definitivamente”. | A reclamada Dimed S.A. Distribuidora de Medicamentos foi incluída no BNDT em 14/05/2013, com a informação “com garantia”. |

(Fonte: Consulta aos Sistemas e-Gestão e inFor em 10.08.2015)

3.5 INCIDENTES PROCESSUAIS

| 2013 | | | 2014 | | | 2015 (até junho) | | |
|-----------|----------|-----------|-----------|----------|-----------|------------------|----------|-----------|
| Recebidos | Julgados | Pendentes | Recebidos | Julgados | Pendentes | Recebidos | Julgados | Pendentes |



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

| | | | | | | | | | |
|--------------------------------------|------------|-----|-----|------------|-----|-----|-----------|-----|----|
| Embargos de declaração | 123 | 96 | 36 | 113 | 104 | 46 | 59 | 77 | 27 |
| Antecipações de tutela | 71 | 48 | 17 | 100 | 108 | 12 | 22 | 21 | 16 |
| Impugnações à sentença de liquidação | 9 | 6 | 3 | 0 | 2 | 2 | 2 | 0 | 3 |
| Embargos à execução | 37 | 62 | 108 | 28 | 95 | 38 | 9 | 24 | 23 |
| Embargos à arrematação | 1 | 3 | 1 | 4 | 5 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Embargos à adjudicação | 0 | 1 | 0 | 2 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Exceções de pré-executividade | 6 | 0 | 8 | 3 | 3 | 8 | 0 | 4 | 4 |
| Total | 247 | 216 | 173 | 250 | 319 | 106 | 92 | 126 | 73 |

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 05.08.2015)

Em 2014, conforme se observa do quadro acima, manteve-se estável o número de incidentes processuais que ingressaram na Unidade Judiciária (247 em 2013 e 250 em 2014). Aumentou o número de incidentes processuais julgados (216 em 2013 e 319 em 2014) e reduziu o número de incidentes processuais pendentes (173 em 2013 e 106 em 2014). Dentre os tipos de incidentes, verificou-se redução no número de embargos de declaração e crescimento no número de pedidos de antecipação de tutela.

Em relação aos incidentes processuais pendentes de decisão em 2014, constatou-se que algumas pendências registradas decorrem de erros no lançamento no sistema informatizado, conforme amostragem que segue:

| Processos Físicos | |
|---------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Processo | Situação |
| 0012100-91.2008.5.04.0382 | Em 20/11/2014 foi registrado no inFOR protocolo de Embargos de Declaração pela reclamada. Em 25/11/2015, foi registrado despacho recebendo a petição como Embargos à Execução, o que corrigiu o erro de protocolo lançado pela reclamada. Em 25/03/2015 foi proferida "decisão em incidente processual". Considerando que não houve o registro adequado de julgamento dos Embargos de Declaração, o incidente permanece pendente junto ao sistema e-Gestão. |
| 0000208-78.2014.5.04.0382 | Em 11/03/2014 foi registrado no inFOR protocolo de Antecipação de Tutela. Em 26/03/2014 os autos foram conclusos para despacho/decisão em Antecipação de Tutela. Nessa mesma data foi proferida "decisão" deferindo a antecipação dos efeitos da tutela pedida. Considerando que não houve registro adequado do julgamento da Antecipação de Tutela (Decisão em incidente processual), o incidente permanece pendente junto ao e-Gestão. |



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

| PJe | |
|---------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Processo | Situação |
| 0020140-52.2014.5.04.0382 | Em 19/09/2014 a parte autora, ao ajuizar no sistema PJe, informou pedido liminar/antecipação de tutela. Em 23/09/2014 os autos foram conclusos para decisão geral, e na mesma data, foi lançada “decisão” determinando a citação da requerida e a juntada dos documentos solicitados pelo requerente, nos termos do art. 355 do CPC. Considerando que não houve registro adequado do julgamento da antecipação de tutela (“concedida antecipação de tutela a”), permanece a pendência do incidente junto ao sistema e-Gestão. |

(Fonte: Consulta aos Sistemas e-Gestão, inFOR e PJe em 14.08.2015)

Diante das informações processuais descritas, verificam-se distorções estatísticas no relatório de incidentes processuais pendentes de decisão na Unidade Judiciária, os quais decorrem de erros de lançamento de andamentos processuais no sistema informatizado.

4 PRAZOS MÉDIOS DE TRAMITAÇÃO

4.1 FASE DE CONHECIMENTO

| | | Prazos médios (em dias) | | | | |
|--------------------------------------------------------|-------------|-------------------------|--------|------------------------|---------------------|---------------------------------------|
| | | 2013 | 2014 | Variação% 2013-2014 | 2015 (até junho) | Variação% 2014-2015 (até junho) |
| Do ajuizamento da ação à prolação da sentença | Sumaríssimo | 55,94 | 71,62 | 28,03% | 148,19 | 106,93% |
| | Ordinário | 219,64 | 214,46 | -2,36% | 216,94 | 1,15% |
| | Total | 215,58 | 211,81 | -1,75% | 214,98 | 1,49% |

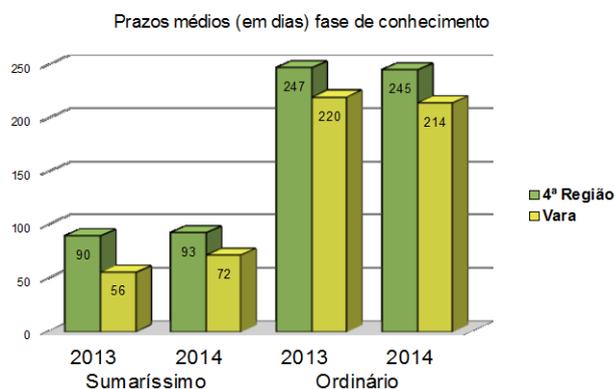
(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 05.08.2015)

Em 2014, entre o ajuizamento da ação e a prolação de sentença decorreram, em média, 71,62 dias nos processos submetidos ao rito sumaríssimo, e 214,46 dias nas ações ordinárias, refletindo aumento de 28,03% e redução de 2,36%, respectivamente, em relação aos prazos de 2013.

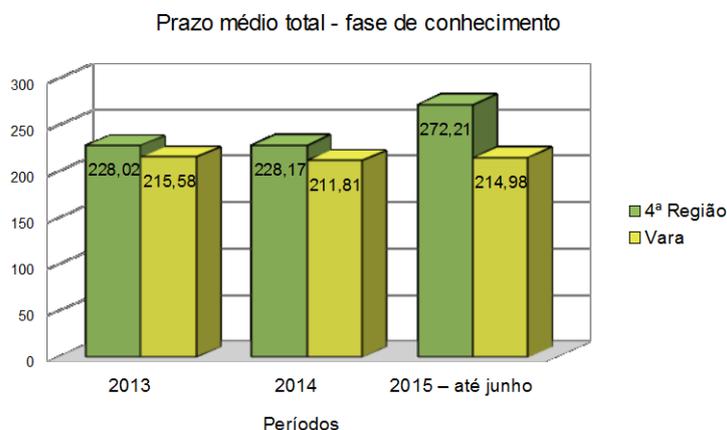
O lapso processual na fase de conhecimento na unidade correccionada mostrou-se, assim, mais célere que aquele aferido nas demais Unidades Judiciárias da 4ª Região tanto nos processos de rito sumaríssimo, onde constatou-se transcorrerem, em média, 92,57 dias, quanto nas ações ordinárias, onde aferido lapso de tramitação processual de 245,25. Especificações no gráfico abaixo.



**PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL**



Os dados parciais colhidos até junho projetam para 2015 aumento dos prazos médios na fase de conhecimento na Unidade Judiciária, alcançando 148,19 dias nos processos de rito sumaríssimo, e 229,67 dias nas ações ordinárias. Ainda assim, o prazo médio na unidade correccionada na fase de conhecimento mantém-se abaixo do prazo médio regional, conforme indicado no gráfico abaixo.



4.2 FASE DE LIQUIDAÇÃO

| | | Prazos médios (em dias) | | | | |
|-----------------------------------------|-------------|-------------------------|--------|------------------------|---------------------|---------------------------------------|
| | | 2013 | 2014 | Variação% 2013-2014 | 2015 (até junho) | Variação% 2014-2015 (até junho) |
| Do início ao encerramento da liquidação | Sumaríssimo | 160 | (*) | - | 59 | - |
| | Ordinário | 205,56 | 240,94 | 17,21% | 231,69 | -3,84% |
| | Total | 205,3 | 240,94 | 17,36% | 228,76 | -5,06% |

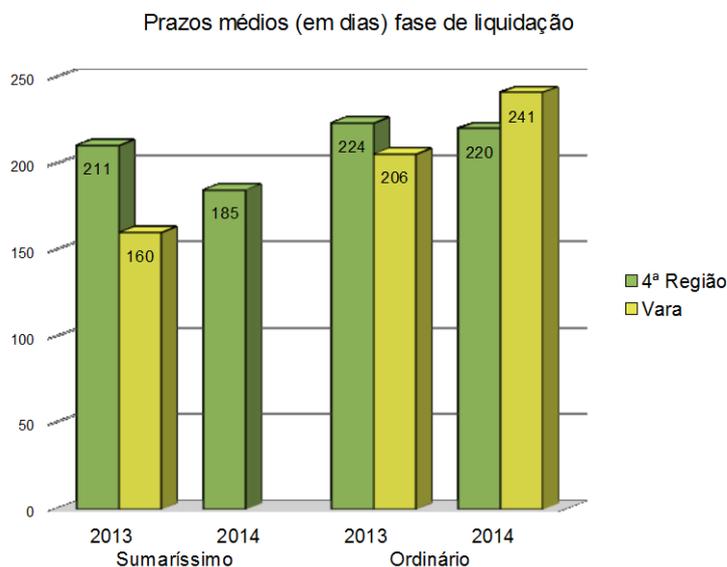
(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 05.08.2015)



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

* O Sistema e-gestão não retornou valores com o prazo médio do rito sumaríssimo na data de pesquisa.

O prazo médio decorrido entre o início e o encerramento da liquidação na Unidade Judiciária, em 2014, foi de 240,94 dias nas ações ordinárias, refletindo aumento de 17,21% na comparação com o prazo aferido no ano de 2013, mostrando-se 9,46% mais moroso que o prazo médio aferido nas demais Unidades Judiciárias da 4ª Região. Nos processos de rito sumaríssimo, o Sistema e-Gestão não apresentou valores na data da pesquisa para o ano de 2014.

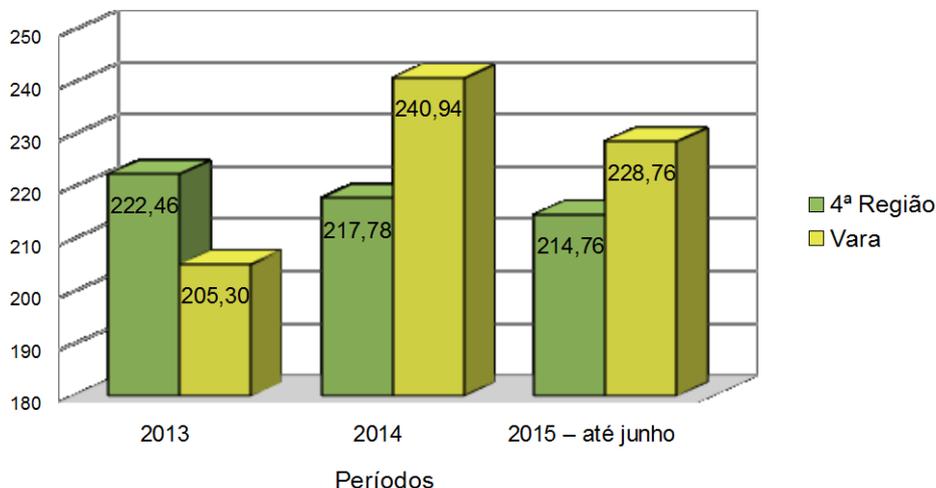


Os dados parciais colhidos até junho projetam para 2015 aumento no prazo médio na fase de liquidação, alcançando 59 dias nos processos sumaríssimos e 231,69 dias nas ações ordinárias. Como resultado, o prazo médio da Unidade na fase de liquidação mantém-se acima do prazo médio aferido na 4ª Região. Especificações no quadro abaixo.



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

Prazo médio total - fase de liquidação



4.3 FASE DE EXECUÇÃO

| | | Prazos médios (em dias) | | | | |
|---------------------------------------|--------------|-------------------------|----------|-----------------------|---------------------|--------------------------------------|
| | | 2013 | 2014 | Varição% 2013-2014 | 2015 (até junho) | Varição% 2014-2015 (até junho) |
| Do início ao encerramento da execução | Ente Privado | 410,90 | 572,00 | 39,20% | 534,69 | -6,52% |
| | Ente Público | 646,92 | 1.452,08 | 124,46% | 1.004,50 | -30,82% |
| | Total | 424,91 | 639,3 | 50,45% | 558,38 | -12,66% |

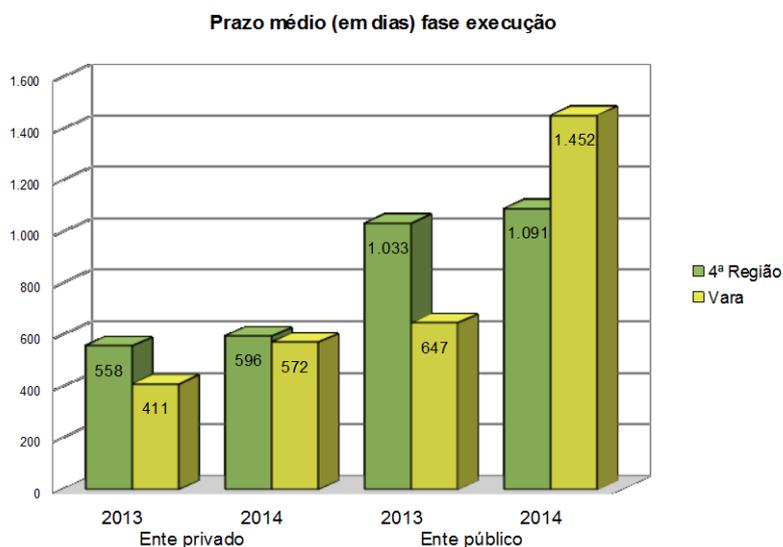
(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 05.08.2015)

O prazo de tramitação processual na fase de execução na 2ª Vara do Trabalho de Taquara, em 2014, foi, em média, de 639,3 dias, refletindo aumento de 50,45% em relação ao lapso de tramitação processual aferido no ano de 2013.

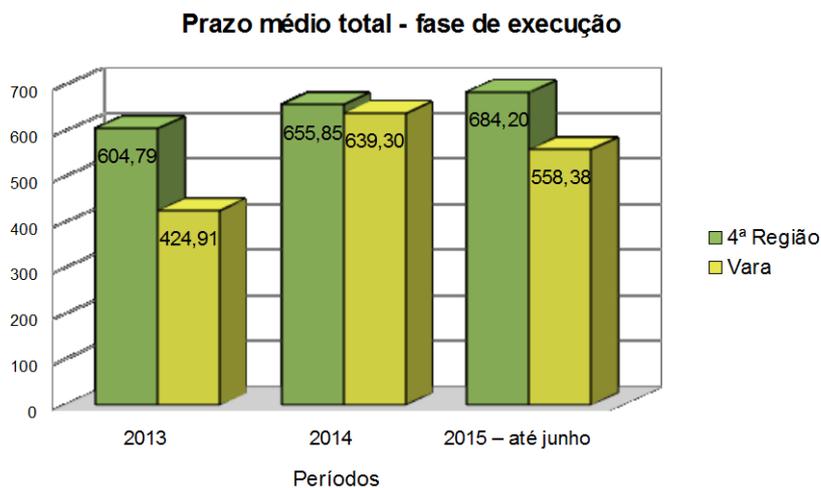
Nos processos em que o executado é ente privado, o prazo de tramitação na Unidade Judiciária (572 dias) foi 4,08% mais rápido do que o aferido nas demais Unidades Judiciárias da 4ª Região, e nas execuções contra ente público (1.452 dias) mostrou-se 33,11% mais moroso que a média regional.



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL



Os dados parciais colhidos até junho projetam para 2015 redução do prazo médio na fase de execução tanto nos processos contra entes privados, recuando para 534,69 dias, quanto nas execuções contra entes públicos, diminuindo para 1.004,50 dias. Como resultado, o prazo médio da Unidade na fase de execução permanece abaixo do aferido na 4ª Região, conforme indicado no gráfico abaixo.



5 METAS

5.1 METAS DO CNJ – ANOS ANTERIORES A 2014



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

5.1.1 Meta 2 - 2009: “Identificar os processos judiciais mais antigos e adotar medidas concretas para o julgamento de todos os distribuídos até 31.12.2005”.

| META 2/2009 CNJ | |
|------------------------------------------------------------|----------------------|
| Processos distribuídos até 31.12.2005 pendentes de solução | Resultado |
| 0 | Meta cumprida |

5.1.2. Meta 2 – 2010: “Julgar todos os processos de conhecimento distribuídos até 31/12/2006 e, quanto aos processos trabalhistas, eleitorais, militares e da competência do tribunal do Júri, até 31/12/2007”.

| META 2/2010 CNJ | |
|------------------------------------------------------------|----------------------|
| Processos distribuídos até 31.12.2007 pendentes de solução | Resultado |
| 0 | Meta cumprida |

5.1.3 - Meta 2 – 2012: “Julgar, até 31/12/2012, pelo menos, 80% dos processos distribuídos em 2008”.

| META 2/2012 CNJ | | | |
|----------------------|--------------|---------|----------------------|
| Distribuídos em 2008 | Solucionados | % | Resultado |
| 1303 | 1.303 | 100,00% | Meta cumprida |

5.1.4 Meta 2 - 2013: “Julgar, até 31/12/2013 pelo menos 80% dos processos distribuídos, em 2009, na Justiça do Trabalho”.

| META 2/2013 CNJ | | | |
|----------------------|----------------------|--------|----------------------|
| Distribuídos em 2009 | Solucionados em 2009 | % | Resultado |
| 1.635 | 1.633 | 99,88% | Meta cumprida |

5.2 METAS DO CNJ – ANO DE 2014

5.2.1. Meta 1: “Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos em 2014.”

| META 1/2014 CNJ | | | |
|-----------------------------|-----------------------------|--------|--------------------------|
| Distribuídos até 31.12.2014 | Solucionados até 31.12.2014 | % | Resultado |
| 1.342 | 1.210 | 90,16% | Meta não cumprida |



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

5.2.2 Meta 2: “Julgar, até 31.12.2014 90% dos processos distribuídos até 31.12.2011 e 80% dos processos distribuídos até 2012.

| META 2/2014 CNJ | | | |
|------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------|---------|----------------------|
| Julgamento dos processos distribuídos até 31.12.2011 | | | |
| Processos não julgados em 31/12/2011 | Processos distribuídos até 31/12/2011 e julgados entre jan/2012 e dez/2014 | % | Resultado |
| 20 | 20 | 100,00% | Meta cumprida |
| Julgamento dos processos distribuídos até 31.12.2012 | | | |
| Processos não julgados em 31/12/2012 | Processos distribuídos até 31/12/2012 e julgados entre jan/2013 e dez/2014 | % | Resultado |
| 705 | 637 | 90,35% | Meta cumprida |

5.2.3 Meta 5: “Reduzir o congestionamento, em relação à taxa média de 2013 e 2012, em qualquer percentual quanto às execuções fiscais e em 5% quanto às execuções não fiscais e cumprimento de sentença na Justiça do Trabalho”.

| META 5/2014 CNJ | | |
|-----------------------------------------------|------------------------------------------|--------------------------|
| Tipo de execução | % de redução/aumento do congestionamento | Resultado |
| Cumprimento de Sentença e Execução Não Fiscal | -6,37% | Meta não cumprida |
| Execução Fiscal | -15,79% | |

Observação: O Conselho Nacional de Justiça, no mês de julho de 2014, expediu a Versão 5 do Glossário das Metas CNJ 2014, na qual foi adequada a fórmula de cálculo dessa meta e foram definidos conceitos de “redução positiva” e “redução negativa”. A redução positiva (percentual precedido do sinal positivo) indica que efetivamente a taxa de congestionamento foi reduzida em 2014 em relação à taxa média de 2012 e 2013. A redução negativa (percentual precedido do sinal negativo) indica o aumento da taxa de congestionamento em 2014 em relação à taxa média de 2012 e 2013.

5.2.4 Meta 6: “Identificar e julgar até 31/12/2014 as ações coletivas distribuídas até 31/12/2011, no primeiro grau, e até 31/12/2012, no segundo grau”.

| META 6/2014 CNJ | |
|------------------------------------------------------------------|----------------------|
| Ações coletivas distribuídas até 31.12.2011 pendentes de solução | Resultado |
| 0 | Meta cumprida |

5.3 METAS DO CNJ – ANO DE 2015



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

5.3.1 Meta 1: “Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”.

| META 1/2015 CNJ | | | |
|-----------------------------|-----------------------------|--------|----------------------------------------------|
| Distribuídos até 30.06.2015 | Solucionados até 30.06.2015 | % | Resultado |
| 943 | 713 | 75,61% | Indicativo de não cumprimento da meta |

5.3.2 Meta 2: “Identificar e julgar, até 31.12.2015, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31.12.2013”.

| META 2/2015 CNJ | | | |
|---------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------|---------------------|--------------------------------|
| Processos não julgados até 31/12/2013 | Processos distribuídos até 31/12/2013 e julgados entre jan/2013 e junho/2015 | Percentual atingido | Resultado |
| 764 | 669 | 87,57% | Meta ainda não cumprida |

5.3.3 - Meta 5: “Baixar, em 2015, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução”.

| META 5/2015 CNJ | | | |
|---------------------------------------------|-----------------------------------------|---------------------|----------------------------------------------|
| Casos novos de execução em 2015 (até 30.06) | Execuções baixadas* em 2015 (até 30.06) | Grau de Cumprimento | Resultado |
| 155 | 113 | 72,90% | Indicativo de não cumprimento da meta |

*Consideram-se baixadas as execuções arquivadas definitivamente, aquelas em que resta pendente apenas valores inscritos em precatórios e aquelas em que pende apenas pagamento de custas ou o pagamento de peritos cuja responsabilidade compete ao poder público.

5.3.4 Meta 6: “Identificar e julgar até 31.12.2015 as ações coletivas distribuídas até 31.12.2012, no primeiro grau, e até 31.12.2013, no segundo grau”.

| META 6/2015 CNJ | |
|------------------------------------------------------------------|-------------------------|
| Ações coletivas distribuídas até 31.12.2012 pendentes de solução | Resultado |
| 0 | Meta já cumprida |



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

5.3.5 Meta 7: “Identificar e reduzir, em 1,5% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior.”

| META 7/2015 CNJ | | | |
|-------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------|-------------------------------|-----------------------------------|
| Dez maiores litigantes TRT4, em 31.12.2014 | Nº de processos tramitando na Unidade em 31.12.2014 | Acervo atual (até 30.06.2015) | Meta de processos para 31.12.2015 |
| 1º) WMS Supermercados do Brasil Ltda. | 10 | 8 | 9 |
| 2º) Estado do Rio Grande do Sul | 5 | 1 | 4 |
| 3º) CLINSUL Mao de Obra e Representação Ltda. (Em Recuperação Judicial) | 4 | 0 | 3 |
| 4º) Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN | 6 | 7 | 5 |
| 5º) União | 0 | 0 | 0 |
| 6º) Oi S.A. | 1 | 1 | 0 |
| 7º) PROSERVI Serviços de Vigilância Ltda. (Em Recuperação Judicial) | 0 | 0 | 0 |
| 8º) Caixa Econômica Federal - CEF | 8 | 3 | 7 |
| 9º) Banco do Brasil S.A. | 2 | 1 | 1 |
| 10º) Hospital Nossa Sra. da Conceição | 0 | 0 | 0 |

5.3.6 Metas do CNJ específicas da Justiça do Trabalho em 2015:

a) “Para o 1º grau dos TRT que contabilizaram o prazo médio acima de 200 dias, reduzir em 1% o tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento em relação ao ano base de 2014.”

| META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015 PRAZO MÉDIO DA FASE DE CONHECIMENTO | | | | |
|-------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------|--------------------------------------------|--------------------------------------------|----------------------------------------------|
| Prazo médio TRT4 2014 – fase de conhecimento | Prazo médio na Unidade em 2014 | Prazo médio da Unidade em 2015 – até 30.06 | Prazo médio a ser alcançado até 31.12.2015 | Resultado parcial |
| 228,17 | 211,81 | 214,98 | 209,7 | Indicativo de não cumprimento de meta |

b) “Aumentar em 1% o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014.”



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

| META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015 NÚMERO DE ACORDOS NA FASE DE CONHECIMENTO | | | | | | |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------|------|------|--------------------|---------------------|-------------------|--------------------------------------------------------------------|
| | 2013 | 2014 | Média 2013/2014 | 2015 (até 30.06) | Meta para 2015 | Resultado Parcial |
| Total de acordos | 870 | 786 | 828 | 478 | 837 | Média parcial indicativa de cumprimento da meta |
| Média mensal de acordos | 72,5 | 65,5 | 69 | 35,83 | 69,75 | |

6 AUDIÊNCIAS E DESEMPENHO DOS JUÍZES

6.1 PERIODICIDADE E COMPOSIÇÃO (MÉDIAS) DA PAUTA

A Unidade realiza sessões de audiências regularmente de segundas a quartas-feiras pela manhã e quarta-feira à tarde. Em razão do regime de Juiz Auxiliar compartilhado, no período de 17.8 a 17.11.2015, em semanas intercaladas, há sessões de audiências de prosseguimento à tarde, de segundas a quartas-feiras, e nas quintas-feiras pela manhã. A composição média das sessões é especificada no(s) quadro(s) abaixo.

| Juiz José Luiz | Segunda | Terça | Quarta | Quinta | Sexta |
|----------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------|--------|-------|
| Manhã | 8 a 14 (I) 4 a 5 (P) | 8 a 14 (I) 4 a 5 (P) | 8 a 14 (I) 4 a 5 (P) | - | - |
| Tarde | - | - | 5 a 6 (acordo de execução, ou processos contra uma única empresa) | - | - |

(Fonte: Informação do Diretor de Secretaria em 18.8.2015)

| Juiz Auxiliar | Segunda | Terça | Quarta | Quinta | Sexta |
|---------------|---------|-------|--------|--------|-------|
| Manhã | - | - | - | 6 (P) | - |
| Tarde | 6 (P) | 6 (P) | 6 (P) | - | - |

(Fonte: Informação do Diretor de Secretaria em 18.8.2015)

Legenda:

- I – Audiências iniciais de rito ordinário
- U – Audiências unas de rito sumaríssimo
- P – Audiências de prosseguimento
- CPI – Cartas Precatórias Inquiritórias
- E – Audiência de conciliação em processos em fase de execução



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

6.2 PAUTAS LIVRES

| Tipo | Última data marcada | Próxima data livre |
|---------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------|
| Inicial | 16.9.2015 | 16.9.2015 |
| Una Sumaríssimo | Não tem data definida; ingressa ação sumaríssima é acrescida na pauta, observado prazo de quinze dias | |
| Instrução | 25.2.2016 | 11.11.2015 |
| Tentativa de acordo em execução | Quando necessário | |
| ** Juiz Auxiliar | Todos horários no período em vigente o regime de Juiz Auxiliar já preenchidos | |

(Fonte: Livro Pauta. Consulta em 18.8.2015)

6.3 PRAZO MÉDIO AUDIÊNCIAS INICIAIS

| | | Prazos médios (em dias) | | | | |
|---------------------------------------------------------|-------------|-------------------------|--------------|------------------------|---------------------|------------------------|
| | | 2013 | 2014 | Variação% 2013-2014 | 2015 (até junho) | Variação% 2014-2015 |
| Do ajuizamento da ação até a realização da 1ª audiência | Sumaríssimo | 21,37 | 23,58 | 10,34% | 31,79 | 34,80% |
| | Ordinário | 37,32 | 43,63 | 16,92% | 57,14 | 30,96% |
| | Total | 36,9 | 43,11 | 16,81% | 56,52 | 31,10% |

(Fonte: e-Gestão. Consulta em 05.08.2015)

Em 2014, o prazo transcorrido do ajuizamento da ação até a realização da audiência inicial foi de **23,58 dias** nos processos submetidos ao rito sumaríssimo, e de **43,63 dias** nas ações ordinárias, mantendo-se **próximo** do prazo tido por adequado para unidades desse porte (até 40 dias).

Os dados parciais colhidos até junho de 2015 indicam aumento de 31,10% no prazo médio em que realizadas as audiências iniciais, alcançando **31,79 dias** nos processos de rito sumaríssimo, e **57,14 dias** nas ações ordinárias, o que merece atenção.

Os prazos médios apontados pelo Sistema e-Gestão levam em consideração todos os eventuais adiamentos de audiências determinados, o que pode elastecer a média verificada. O exame do tópico, portanto, deve ser realizado de forma conjunta com o item anterior, no qual constam informações sobre as pautas efetivamente disponíveis em consulta ao livro pauta no momento da inspeção, em 18.8.2015, quando constatado que as audiências iniciais estavam sendo designadas com prazo de 30 dias nas ações ordinárias, não tendo data específica para inclusão de audiência de processo sumaríssimo.

6.4 PRAZO MÉDIO AUDIÊNCIAS DE PROSSEGUIMENTO



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

No dia da inspeção correcional, 18.8.2015, as audiências de prosseguimento estavam sendo designadas para o dia 11.11.2015 (**90 dias**), com audiências já designadas para 25.02.2016 (**185 dias**), dentro do prazo tido por razoável para unidades com semelhante movimentação processual, que é de até 240 dias.

6.5 AUDIÊNCIAS REALIZADAS

| Juiz | Audiências Realizadas - 2014 | | | | Total |
|----------------------------------|------------------------------|------------|-----------|-------------|--------------|
| | Inicial | Instrução | Una | Conciliação | |
| Adriana Ledur | 0 | 25 | 0 | 0 | 25 |
| Eduardo de Camargo | 26 | 14 | 1 | 0 | 41 |
| José Luiz Dibe Vescovi | 1.073 | 486 | 14 | 11 | 1.584 |
| Lúcia Rodrigues de Matos | 168 | 215 | 0 | 2 | 385 |
| Oswaldo Antonio da Silva Stocher | 122 | 56 | 1 | 3 | 182 |
| Patrícia Helena Alves de Souza | 9 | 31 | 0 | 0 | 40 |
| Juiz não informado (*) | 3 | 0 | 0 | 0 | 3 |
| TOTAL | 1.401 | 827 | 16 | 16 | 2.260 |

| Juiz | Audiências Realizadas - 2015 | | | | Total |
|----------------------------------|------------------------------|------------|----------|-------------|------------|
| | Inicial | Instrução | Una | Conciliação | |
| Jaqueline Maria Menta | 0 | 52 | 0 | 0 | 52 |
| José Luiz Dibe Vescovi | 368 | 263 | 2 | 21 | 654 |
| Lúcia Rodrigues de Matos | 4 | 66 | 0 | 1 | 71 |
| Oswaldo Antonio da Silva Stocher | 72 | 52 | 3 | 2 | 129 |
| Juiz não informado (*) | 2 | 0 | 0 | 0 | 2 |
| TOTAL | 446 | 433 | 5 | 24 | 908 |

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 05.08.2015)

* O Sistema e-Gestão não retornou valores com o nome do juiz na data da pesquisa.

6.6 ASSIDUIDADE DOS MAGISTRADOS

Em cumprimento ao disposto no art. 18, II, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, a assiduidade dos magistrados foi verificada por meio das informações obtidas nos itens 2.1.4, 6.1, 6.5 e 6.7 do presente relatório, e também por meio da visita correcional. Constata-se que, à exceção dos afastamentos listados no item 2.1.4, os juizes



**PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL**

comparecem regularmente para realização de audiências e atuação na Unidade Judiciária.

6.7 PROCESSOS SOLUCIONADOS

| Magistrados | Solucionados - 2014 | | | | | |
|----------------------------------|---------------------|------------|-----------------|--------------|---------------------|---------------------------------|
| | Com Exame de Mérito | | | | Sem Exame de Mérito | Total de processos solucionados |
| | Conciliações | Julgados | Outras decisões | TOTAL | | |
| Adriana Ledur | 5 | 7 | 0 | 12 | 1 | 13 |
| Eduardo de Camargo | 16 | 0 | 0 | 16 | 1 | 17 |
| José Luiz Dibe Vescovi | 578 | 161 | 0 | 739 | 107 | 846 |
| Lúcia Rodrigues de Matos | 118 | 87 | 1 | 206 | 9 | 215 |
| Luis Fettermann Bosak | 1 | 0 | 0 | 1 | - | 1 |
| Oswaldo Antonio da Silva Stocher | 50 | 8 | 0 | 58 | 15 | 73 |
| Patrícia Helena Alves de Souza | 15 | 26 | 0 | 41 | 1 | 42 |
| Juiz não informado (*) | 3 | 0 | 0 | 3 | - | 3 |
| TOTAL | 786 | 289 | 1 | 1.076 | 134 | 1.210 |

| Magistrados | Solucionados - 2015 | | | | | |
|----------------------------------|---------------------|------------|-----------------|------------|---------------------|---------------------------------|
| | Com Exame de Mérito | | | | Sem Exame de Mérito | Total de processos solucionados |
| | Conciliações | Julgados | Outras decisões | TOTAL | | |
| Jaqueline Maria Menta | 22 | 0 | 0 | 22 | 2 | 24 |
| José Luiz Dibe Vescovi | 359 | 105 | 0 | 464 | 58 | 522 |
| Lúcia Rodrigues de Matos | 30 | 40 | 0 | 70 | 2 | 72 |
| Oswaldo Antonio da Silva Stocher | 67 | 18 | 0 | 85 | 10 | 95 |
| TOTAL | 478 | 163 | 0 | 641 | 72 | 713 |

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 05.08.2015)

6.8 PROCESSOS CONCLUSOS PARA SENTENÇA HÁ MAIS DE 50 DIAS NA DATA DA CORREIÇÃO

| JOSÉ LUIZ DIBE VESCOVI | | |
|--------------------------------------------------------------------|-----------------------------|-----------------------------|
| Processos de Cognição – Rito Ordinário | | |
| Conclusão mais antiga: 12.05.2015 0020007-10.2014.5.04.0382* | 0001382-59.2013.5.04.0382 * | 0020004-55.2014.5.04.0382* |
| 0000201-86.2014.5.04.0382 * | 0020124-98.2014.5.04.0382* | 0020284-26.2014.5.04.0382* |
| 0000433-98.2014.5.04.0382 * | 0020125-83.2014.5.04.0382* | 0001161-76.2013.5.04.0382 * |



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

| | | |
|------------------------------------------------------------------------|-----------------------------|-----------------------------|
| 0000837-52.2014.5.04.0382 * | 0000838-37.2014.5.04.0382 * | 0000843-59.2014.5.04.0382* |
| Embargos Declaratórios | | |
| Conclusão mais antiga: 12.5.2015 0000031-17.2014.5.04.0382 ** | 0020140-52.2014.5.04.0382 | - |
| Total: 14 processos | | |
| OSVALDO ANTONIO DA SILVA STOCHER | | |
| Processos de Cognição – Rito Ordinário | | |
| Conclusão mais antiga: 25.2.2015 0000339-53.2014.5.04.0382* | 0000620-43.2013.5.04.0382 * | 0020042-67.2014.5.04.0382* |
| 0000018-23.2011.5.04.0382 * | 0000680-79.2014.5.04.0382 * | 0020059-69.2015.5.04.0382* |
| 0001243-10.2013.5.04.0382* | 0000686-86.2014.5.04.0382 | 0020118-57.2015.5.04.0382* |
| 0000435-68.2014.5.04.0382 * | 0000705-92.2014.5.04.0382 * | 0020122-94.2015.5.04.0382* |
| 0000457-29.2014.5.04.0382 * | 0000709-32.2014.5.04.0382 * | 0020195-03.2014.5.04.0382* |
| 0000540-45.2014.5.04.0382* | 0001197-55.2012.5.04.0382 * | 0020347-51.2014.5.04.0382 |
| 0000589-23.2013.5.04.0382 * | - | - |
| Embargos Declaratórios | | |
| Data da Conclusão: 15.05.2015 0001061-24.2013.5.04.0382* | - | - |
| Total: 20 processos | | |
| JAQUELINE MARIA MENTA | | |
| Processos de Cognição – Rito Ordinário | | |
| Conclusão mais antiga: 06.5.2015 0020160-43.2014.5.04.0382* | 0000279-80.2014.5.04.0382* | 0000704-10.2014.5.04.0382* |
| 0000030-32.2014.5.04.0382* | 0000333-46.2014.5.04.0382* | 0000971-14.2011.5.04.0373 * |
| 0000060-72.2011.5.04.0382* | 0000384-57.2014.5.04.0382* | 0020062-58.2014.5.04.0382* |
| 0000215-70.2014.5.04.0382* | 0000464-21.2014.5.04.0382 * | 0020305-02.2014.5.04.0382* |
| Total: 12 processos | | |

(Fonte: e-Gestão. Consulta em 14.08.2015) – consulta PJe e inFOR em 22.10.2015

* Processos pendentes de sentença na data da Correição, julgados posteriormente



7 ROTINAS DE SECRETARIA

Na 2ª Vara do Trabalho de Taquara, o trabalho é dividido por grupos de tarefas. Mariane e Carine atendem o balcão, lavram os termos de juntada, expedem notificações e administram o correio. Marcos e Eduardo são secretários de audiência. Juliana e Luís respondem predominantemente pelo prazo da fase de conhecimento, e Cristiane pelo prazo da execução. Ana Patrícia e Leonardo respondem pelos cumprimentos da execução. Pedro e Luiza analisam as petições e elaboram as minutas de despachos.

O Diretor de Secretaria Pedro informou que há na Vara do Trabalho cerca de 224 processos aguardando inclusão em pauta especial com possibilidade de acordo. Esclareceu tratarem-se de ações individuais vinculadas a ações cautelares de arresto, com prevenção do juízo (Top Vision, BEV, Elikan e Nicollo Rossetti).

Na data de publicação deste Relatório, 30.11.2015, segundo informado pelo Diretor de Secretaria, via telefone, as ações contra BEV, Elikan e Nicollo Rossetti já haviam sido pautadas e encerradas por acordo, remanescendo 100 reclamatórias contra Top Vision, incluídas na pauta de 01.12.2015.

7.1 EXPEDIÇÃO DE NOTIFICAÇÕES E OFÍCIOS

Na data de inspeção, 18.8.2015, havia processos aguardando desde 29.5.2015 expedição de notificações e/ou de ofícios. Casos urgentes estão sendo priorizados e atendidos.

7.2 EXPEDIÇÃO DE MANDADOS, PRECATÓRIOS E RPV'S

Prazo interrompido, Portaria 1/2015.

7.3 EXPEDIÇÃO DE ALVARÁS

Na data de inspeção, 18.8.2015, os alvarás em condições de serem expedidos estavam em dia (pagamento de acordo, valor incontroverso, FGTS e seguro desemprego, v.g.).

7.4 JUNTADA DE PETIÇÕES

Em dia.

7.5 DESPACHOS DE PROTOCOLO

Na data de inspeção, 18.8.2015, havia processos aguardando análise de petições protocoladas em 13.8.2015.

7.6 CERTIFICAÇÃO DE PRAZO



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

Na data de inspeção, 18.8.2015, estava sendo certificado o prazo de conhecimento e liquidação de 01.06.2015 e o prazo de execução de 28.5.2015.

7.7 REMESSA DE AUTOS AO TRT

Em dia. Realizada duas vezes por semana.

7.8 CONVÊNIOS

Na data da inspeção correcional, 18.8.2015, havia processos aguardando consultas aos convênios Bacen Jud, Renajud e Infojud desde 09.6.2015, quando deflagrada a greve.

7.9 ARQUIVAMENTO DE PROCESSOS

Em dia.

7.10 EXAME DOS LIVROS

7.10.1 Advogados – Cargas vencidas há mais de 10 dias

| | Processo | Prazo | Tempo Excedido para Devolução dos Autos |
|----|---------------------------|------------|-----------------------------------------|
| 1 | 0083200-24.1999.5.04.0382 | 30/03/2015 | 04 meses e 12 dias |
| 2 | 0044200-85.1997.5.04.0382 | 27/04/2015 | 03 meses e 15 dias |
| 3 | 0018200-62.2008.5.04.0382 | 27/04/2015 | 03 meses e 15 dias |
| 4 | 0000197-83.2013.5.04.0382 | 04/05/2015 | 03 meses e 08 dias |
| 5 | 0000773-42.2014.5.04.0382 | 08/05/2015 | 03 meses e 04 dias |
| 6 | 0001344-18.2011.5.04.0382 | 25/05/2015 | 02 meses e 17 dias |
| 7 | 0001615-27.2011.5.04.0382 | 01/06/2015 | 02 meses e 11 dias |
| 8 | 0000361-53.2010.5.04.0382 | 08/06/2015 | 02 meses e 04 dias |
| 9 | 0000451-90.2012.5.04.0382 | 08/06/2015 | 02 meses e 04 dias |
| 10 | 0000689-46.2011.5.04.0382 | 17/07/2015 | 25 dias |

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 12.08.2015)

7.10.2 Peritos – Cargas vencidas há mais de 10 dias

| | Processo | Prazo | Tempo Excedido para Devolução dos Autos |
|---|---------------------------|------------|-----------------------------------------|
| 1 | 0000272-93.2011.5.04.0382 | 17/06/2015 | 01 mês e 25 dias |
| 2 | 0136700-53.2009.5.04.0382 | 24/06/2015 | 01 mês e 18 dias |



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

| | | | |
|---|---------------------------|------------|------------------|
| 3 | 0000331-47.2012.5.04.0382 | 26/06/2015 | 01 mês e 16 dias |
| 4 | 0000765-36.2012.5.04.0382 | 06/07/2015 | 01 mês e 06 dias |
| 5 | 0063800-72.2009.5.04.0382 | 13/07/2015 | 29 dias |
| 6 | 0000968-95.2012.5.04.0382 | 20/07/2015 | 22 dias |
| 7 | 0000216-60.2011.5.04.0382 | 27/07/2015 | 15 dias |

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 12.08.2015)

7.10.3 Mandados – Prazos vencidos há mais de 10 dias

| | Carga OJ | Processo | Prazo | Tempo Excedido para Devolução do Mandado |
|---|--------------|---------------------------|------------|------------------------------------------|
| 1 | 382-00123/15 | 0000126-47.2014.5.04.0382 | 23/06/2015 | 01 mês e 19 dias |

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 12.08.2015)

8 EXAME DOS PROCESSOS

Para a análise realizada nos itens seguintes, extraiu-se do sistema inFOR, em 17.06.2015, uma listagem contendo 10 processos escolhidos aleatoriamente pelo sistema. O item 8.1 compõe-se de 10 autos físicos, dos quais 7 foram escolhidos entre os constantes nessa lista e 3 dentre os mais antigos tramitando em cada fase processual (conhecimento, liquidação e execução). O item 8.2 verifica, por amostragem, a correção dos andamentos lançados no inFOR pela Unidade Judiciária.

8.1 ANÁLISE DOS PROCESSOS FÍSICOS

| | |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------|
| 1 | Processo nº 0001298-29.2011.5.04.0382 |
| Fase: Execução encerrada. Aspectos formais. <u>Termos de juntada</u> – não foram lavrados termos de juntada para a petição da fl.638 e cálculos de liquidação das fls. 639-736, que integram os autos provisórios. Movimentação processual. Nada a apontar. | |
| 2 | Processo nº 0000318-82.2011.5.04.0382 |
| Fase: Execução. Peculiaridade. Processo de execução fiscal – Autor: União – Fazenda Nacional. Aspectos formais. <u>Termos de juntada</u> – na fl. 141-v não consigna a data em que lavrado. Movimentação processual. <u>Lapso para cumprimento de despacho superior a dez dias:</u> despacho assinado em 19.2.2015 determina penhora e recolhimento de veículo do executado, sendo expedido o mandado apenas em 30.3.2015 (fl. 170). | |
| 3 | Processo nº 0000439-42.2013.5.04.0382 |
| Fase: Liquidação. Aspectos formais. Não foi lavrado termo de recebimento quando do retorno dos autos do TRT (fl. 222-v). Movimentação processual. <u>Demora no impulso processual:</u> sentença juntada em 14.2.2014 (fl. 179-v) e intimação às partes expedida em 14.4.2014 (fls. 186-7). <u>Certificação do prazo:</u> prazo da intimação da fl. 225 findou em 19.3.2015 e não foi | |



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

certificado seu decurso *in albis*. Lapso para cumprimento de despacho superior a dez dias: despacho assinado em 20.1.2015 (fl. 223) cumprido em 10.2.2015 (fls. 224-5).

4

Processo nº 0066600-73.2009.5.04.0382

Fase: Liquidação. **Aspectos formais.** Não foi lavrado termo de recebimento quando do retorno dos autos do TRT (fl. 352-v). Termos de juntada: não foi lavrado termo de juntada para a manifestação da reclamada às fls. 374-6, que integra os autos provisórios juntados à fl. 372-v. **Movimentação processual.** Nada a apontar.

5

Processo nº 0000674-72.2014.5.04.0382

Fase: Execução. **Aspectos formais.** Documentos de tamanho reduzido anexados: nas fls. 11 e 37-v, ainda que quantificados, não estão numerados e rubricados. **Movimentação processual.** Processo sem movimentação de 20.1.2015 a (fl. 28-v) a 26.2.2015 (fl. 31). Certificação do prazo: prazo da intimação da fl. 31 findou em 23.3.2015 e não foi certificado seu decurso in albis, permanecendo o processo sem movimentação até 10.4.2015, quando juntada petição do exequente (fl. 31-v); prazo da citação da fl. 37 findou em 19.5.2015 com certificação do decurso de prazo em 22.6.2015 (fl. 38).

6

Processo nº 0000448-38.2012.5.04.0382

Fase: Execução. **Aspectos formais.** Nada a apontar. **Movimentação processual.** Processo sem movimentação no período de 07.1.2014 a 06.2.2014 (fls. 448-9). Autos em carga com a reclamada no período de 18.11.2014 a 03.2.2015 (fl. 487) sem que Secretaria efetuasse a cobrança. Certificação do prazo: prazo da notificação da fl. 492 decorreu in albis em 12.3.2015 e não foi certificado, sendo conclusos os autos ao magistrado apenas em 06.4.2015 (fl. 493).

7

Processo nº 0000003-20.2012.5.04.0382

Fase: Conhecimento. **Aspectos formais.** Nada a apontar. **Movimentação processual.** Nada a apontar.

8

Processo nº 0065300-18.2005.5.04.0382

Fase: Execução. **Peculiaridade:** Processo arquivado provisoriamente em 11.11.2008 e desarquivado em 19.11.2012 para prosseguimento da execução. **Aspectos formais.** Nada a apontar. **Movimentação processual.** Processo sem movimentação de 22.4.2013 (fl. 313) a 13.1.2014 (fl. 314), com certidão referindo a existência de acúmulo invencível de trabalho. Autos em carga com procurador do exequente de 23.4.2014 a 20.6.2014 (fl. 326) sem cobrança de sua devolução pela Secretaria. Processo sem movimentação de 27.6.2014 (fl. 330) e 14.7.2014 (fls. 331 e seguintes).

9

Processo nº 0000055-45.2014.5.04.0382

Fase: Conhecimento. **Aspectos formais.** Registro de carga: na fl. 25 não consigna data de devolução dos autos à Secretaria e rubrica do servidor que os recebeu. Termos de juntada: não foi lavrado para as petições das fls. 332-6, 355-355-60 que integram os autos provisórios juntados. Autos provisórios: das fls. 329-336 não apresentam numeração na margem direita inferior, e não foi lavrado termo de juntada para a manifestação das fls. 330 e seguintes. Documentos de tamanho reduzido anexados: na fl. 25-v não estão numerados, rubricados e quantificados; nas fls. 272-98, 481-2, embora numerados e quantificados, não estão rubricados. Erro material na notificação da fl. 509: processo ainda na fase de conhecimento, e na notificação para a parte tomar conhecimento do teor de despacho, que indefere retorno dos autos ao perito, constou, também “apresentar contrarrazões ao recurso no prazo legal”. **Movimentação processual.** Nada a apontar.



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

10

Processo nº 0000598-82.2013.5.04.0382

Fase: Execução encerrada. **Aspectos formais.** Não foram certificados os resultados negativos de tentativa de bloqueio de valores junto ao Bacen Jud. Registro de carga: na fl. 63, não identifica o servidor que recebeu a devolução dos autos. Termos de juntada: erro material na data aposta no termo da fl. 59-v, conde consta “31.1.2014”. Documentos de tamanho reduzido anexados: nas fls. 68-9, em que pese numerados e quantificados, não estão rubricados. **Movimentação processual.** Certificação do prazo: prazo da intimação da fl. 360 findou em 15.4.2014 e seu decurso in albis foi certificado em 23.4.2014 (fl. 30-v). Lapso para cumprimento de despacho superior a dez dias: despacho assinado em 23.01.2014 (fl. 23) começou a ser cumprido em 10.3.2014 (fls. 24 e seguintes); despacho assinado em 01.9.2014 (fl. 56) cumprido em 03 e 10.10.2014 (fls. 58-9).

8.2 IRREGULARIDADES NOS ANDAMENTOS NO INFOR

No quadro abaixo, são listadas as práticas irregulares da Unidade quando do registro de andamentos no INFOR, aferidas no exame da listagem de processos sem movimentação há mais de 30 dias, extraída em 05.08.2015.

| Prática | Exemplos |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------|
| Ausência de prazo final do acordo (Falta de andamento “Prazo”) | 0001121-31.2012.5.04.0382 0000630-53.2014.5.04.0382 0000311-85.2014.5.04.0382 |
| Processo devolvido do TRT sem registro de andamento “Agravo de instrumento julgado pelo TRT/TST” e/ou andamento “Apensado ao processo” | 0001413-79.2013.5.04.0382 |
| Processo devolvido ao arquivo sem registro/com registro incorreto e/ou aguardando arquivamento | 0000896-45.2011.5.04.0382 0148900-97.2006.5.04.0382 0064900-77.2000.5.04.0382 |
| Demora no andamento processual ou registros desatualizados | 0000437-38.2014.5.04.0382 0000228-69.2014.5.04.0382 0122500-46.2006.5.04.0382 |

8.3 EXAME DOS PRESSUPOSTOS RECURSAIS

Na conferência física dos processos remetidos a esta Vice-Corregedoria, constatou-se que **é observada** a norma contida no art. 18, I, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, havendo pronunciamento explícito nos autos acerca do exame dos



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

pressupostos de admissibilidade dos recursos encaminhados ao Tribunal (v.g., proc. 0000439-42.2013.5.04.0382, fl. 200).

8.4 LIBERAÇÃO DE DEPÓSITO RECURSAL

Na conferência física dos processos remetidos a esta Vice-Corregedoria, bem assim quando da inspeção correcional realizada *in loco*, constatou-se que após a liquidação da sentença, o depósito recursal é convertido em penhora e o devedor é citado; não ocorrendo pagamento e/ou manifestação no prazo de cinco dias, o depósito recursal **é liberado**, a conta atualizada e efetuado Bacen Jud em relação ao valor remanescente.

8.5 CITAÇÃO DO(S) SÓCIO(S) EM CASO DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA DA EXECUTADA

Na conferência física dos processos remetidos a esta Vice-Corregedoria, constatou-se que **é determinada** a citação do(s) sócio(s) em caso de desconconsideração da personalidade jurídica da empresa executada, por meio de decisão fundamentada, para que no prazo de 48 horas, indique(m) bens da sociedade (artigo 596 do CPC) ou, em não os havendo, garanta a execução, sob pena de penhora, com o fim de habilitá-lo(s) à via de embargos à execução para imprimir, inclusive, discussão sobre a existência ou não da sua responsabilidade executiva secundária (v.g., proc. 0065300-18.2005.5.04.0382, fl. 309).

9 PJe

Conforme Cronograma de Implantação do PJe deste Regional aprovado pelo TST, o PJE foi implantado no Foro Trabalhista de Taquara em **18.08.2014**.

O trabalho no PJe, na 2ª Vara do Trabalho de Taquara, é distribuído por tarefas. Mariane e Carine fazem as notificações das audiências iniciais. As tarefas, no PJe, seguem a mesma divisão dos processos físicos. A pauta é designada automaticamente pelo sistema, exceto em caso de processos submetidos ao rito sumaríssimo, que passam por prévia análise da secretaria. A triagem inicial é realizada pela Coordenadoria de Controle da Direção do Foro, inclusive com análise de prevenção.

Foram analisados alguns agrupadores e caixas representativos da movimentação e gerenciamento, pela Secretaria, dos processos que tramitam no meio eletrônico. A análise foi efetuada remotamente no dia 14.08.2015, com nova verificação na data da inspeção, 18.08.2015, juntamente com o Diretor de Secretaria. A posição, na data da visita correcional, é a que segue:



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

| Agrupador | Subpastas | Quantidade de Processos | Mais antigo | Último Movimento |
|-------------------------------------------------------|-------------------------------------------|----------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Com habilitações não lidas | - | 147 | <u>20729-10.2015</u> (23.6.2015) | - |
| Com pedido de liminar ou tutela não apreciados | - | - | - | - |
| Com petições avulsas | - | - | - | - |
| Com petições não apreciadas | - | 69 | <u>20147-04.2015</u> <u>20519-56.2015</u> (13.8.2015) | - |
| Com mandados devolvidos OJ | - | - | - | - |
| Com audiências não designadas | - | - | - | - |
| Pasta | Subpastas | Quantidade de Processos | Mais antigo | Último Movimento |
| Aguardando cumprimento providência | Mensal e dentro do mês de dez em dez dias | 241 (quantidade total) | Pasta: 2015- 04 abril-21 a 30 (2 processos) <u>ConPag20411-61.2014</u> **** <u>Caulnom20467-94.2014</u> ***** Pasta: 2015- 05 maio-21 a 30 (2 processos) <u>20142-22.2014</u> | 27.5.2015 Depositado o valor **** 18.6.15 Ofício 1ª VT-solicita reserva de valor **** 29.4.15 Intima de despacho que sobresta andamento |
| Aguardando cumprimento de providência de exec. | Mesma organização supra | 07 (quantidade total) | Pasta: Abril -01 a 10 (1) <u>20361-98.2015</u> Pasta: Junho -01 a 10 (2) <u>20283-41.2014</u> Decorrido prazo em 02.6.2015 | 09.4.15 Malote digital para VT deprecante pedindo orientação **** 25.5.15 Intimação teor de despacho |
| Aguardando cumprimento de providência - liq. | | - | - | - |
| Aguardando ciência | | - | - | - |
| Aguardando ciência decisão – ConPra | | - | - | - |
| Aguardando término dos | | 04 (quantidade) | <u>20037-11.2015</u> Prazo decorrido em | 16.7.2015 Intimação sobre |



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

| | | | | |
|------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| prazos | | total) | 28.7.2015 | teor de petição |
| Análise de execução | | - | - | - |
| Análise de liquidação | | - | - | - |
| Análise de Conhecimento | Raiz (10) Protocolo ordinário (22) Protocolo prioridades (21) Protocolo sumaríssimo (0) | 36 (quantidade total) | Protoc.Ordinário: Todos de 12.8.2015 Protoc.Prioridades: 20347-17.2015 (audiência 13.10.15) | - 23.7.15 Manifestação s/ laudo e juntada de documentos |
| Apreciar urgentes | | - | - | - |
| Controle sobrestamento / suspensão | | - | - | - |
| Controle manual prazo pós sent. | | - | - | - |
| Designar audiência | Duas subpastas: Sine die (0) Top Vision (109) | 194 (quantidade total) | Raiz: 88 14 contra calçados Lukas, aud em 09.7.15 e nova designação p/02.9.15 *** <u>20753-38.2015</u> (calçados Miucha) Demais processos na raiz, idem ***** Pasta: Top Vision 109 processos, com petição inicial, protocolados a partir de 23.4.15, predominantemente redistribuídos, aguardando designação de pauta especial | 09.7.15 Retirados de pauta por 60 dias p/acordo *** Aud 14.7.15 Homologado acordo ***** |
| Prazos vencidos | | 02 (quantidade total) | <u>20246-14.2014</u> Pagt de acordo até 18.3.2016 | 29.7.15 audiência |
| Preparar comunicação | | 20 (quantidade total) | <u>Na raiz: 06</u> <u>ConPag20955-15.2015</u> ***** Demais na raiz, de 14.8.2015 **** Pasta: notificar sentença (11) <u>20075-57.2014</u> | 10.8.15 Determina arquivamento ***** Sentença em 31.5.2015 |



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

| | | | | |
|--------------------|-----------------------------------|--------------------------|---|---|
| Remeter ao 2º grau | | - | - | - |
| Triagem inicial | “Conferidos CCDF” “Top Vision” | 79 (quantidade total) | | |

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe na data da correição)

* A ação é distribuída à Vara do Trabalho, com designação de pauta automática pelo sistema; a CCDF, com perfil da Vara do Trabalho, faz o exame de prevenção e a triagem inicial, dando preferência aos processos com pautas mais próximas; após, desloca o processo triado para a pasta “Conferidos CCDF”, para a Unidade Judiciária providencie as notificações das audiências.

Verificou-se que os processos são movimentados regularmente e, relativamente à designação de audiências iniciais, a Unidade observa o teor do art 1º da Recomendação nº 01 de 30.01.2014 da Corregedoria (brevidade na designação da audiência para oferecimento de contestação, tentativa de conciliação e designação das provas necessárias, nos termos em que previsto nos arts. 843 e seguintes da CLT).

Constatou-se razoável gestão dos processos que tramitam no meio eletrônico, com organização de pastas e subpastas criadas no interior de cada tarefa facilitando a visualização e entendimento para quem consulta os procedimentos executados nos autos que tramitam eletronicamente na Unidade. Ainda assim, por ocasião da inspeção correcional, em 18.8.2015, algumas tarefas apresentavam atraso, sendo as pendências mais antigas do período de 20 a 24.7.2015 ou já do início de agosto (“aguardando cumprimento de providência”, “aguardando cumprimento de providência - execução”, “preparar comunicação”).

Reiterou-se, outrossim, ao Diretor de Secretaria a relevância de manter o gerenciamento e verificação constante dos agrupadores como forma de conservar o controle da movimentação processual.

10 SERVIÇO DE APOIO TEMPORÁRIO – SAT

A Unidade Judiciária não necessitou do apoio do SAT no período correccionado.

11 CONSIDERAÇÕES SOBRE A UNIDADE

No período correccionado, vigorou no Foro Trabalhista de Taquara regime de Juiz Auxiliar compartilhado, de 10.3 a 11.6.2014, de 15.9 a 14.11.2014, de 12.3 a 14.7.2015, de 17.8 a 17.11.2015, com previsão de novo



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

regime de 14.3 a 15.7.2016 (Portarias da Corregedoria Regional de nº 37/2013, 12 e 25 de 2014, 12 e 18 de 2015, respectivamente).

Verificou-se que na 2ª Vara do Trabalho de Taquara o número de servidores (12) está **adequado** ao previsto na Resolução nº 63/2010 do CSJT (de 11 a 12). Todos os servidores participaram de cursos de capacitação, conforme se vê no item 2.3.2, apurando-se participação média de 66,60 horas por servidor em treinamentos e eventos de capacitação.

No período correccionado, a movimentação na lotação envolveu uma servidora (Ana Lúcia). Quanto aos afastamentos, o mais significativo ocorreu por força de licença gestante (Luiza, 180 dias).

Houve adesão dos servidores da Unidade Judiciária aos movimentos grevistas ocorridos no ano de 2014, com edição de Portaria 01/2014 pela Direção do Foro, reduzindo o horário de atendimento externo. Com relação à greve de 2015, houve adesão de 70% dos servidores da unidade, resultando na edição de Portaria Conjunta 1/2015 da 1ª, 2ª e 4ª Varas do Trabalho de Taquara, determinando a interrupção dos prazos processuais e redução do horário de atendimento externo.

Segundo se constatou a partir da análise dos dados estatísticos referentes à Unidade Judiciária correccionada, o acervo de processos em tramitação, em 2014, manteve-se estável em relação ao ano de 2013, atingindo 2.615 processos, enquanto na 4ª Região verificou-se crescimento médio de 2,78% do acervo de processos em tramitação. Para 2015, dados colhidos até junho projetam crescimento de 8,37% no estoque.

Em relação ao estoque de processos pendentes de solução da fase de conhecimento, a Unidade Judiciária aumentou 11,86% em 2014, na comparação com 2013, crescimento menor que o aferido na 4ª Região, de 17,69%. Para 2015, os dados colhidos até junho projetam crescimento de 24,48% no número de processos pendentes de solução.

No pertinente à efetividade, observa-se que a taxa de congestionamento na fase de conhecimento na Unidade Judiciária recuou de 45,15% em 2013 para 43,11% em 2014, atingindo 60,43% em junho de 2015, permanecendo abaixo do congestionamento médio regional.

A Unidade Judiciária reduziu o número de processos solucionados em comparação com o ano anterior em 9,77%, enquanto na 4ª Região houve redução média de 2,67% na quantidade de processos solucionados. O número de decisões com resolução de mérito (excluídas as homologações de acordo) diminuiu 12,12% na Unidade Judiciária, em comparação com o ano de 2013, enquanto, em média, as demais Unidades Judiciárias da 4ª Região apresentaram redução de 2,91%.

Na fase de liquidação, houve aumento de 94,05% no número de liquidações pendentes em 2014, enquanto o índice de congestionamento da Unidade Judiciária alcançou 63,20%, superando o congestionamento médio apurado na 4ª Região, de 44,16%.

Já no pertinente à fase de execução, a Unidade Judiciária reduziu em 21,83% o número de execuções encerradas em relação ao ano de 2013, enquanto na 4ª Região houve redução média de 5,57%. Ainda assim, o



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

estoque de processos pendentes da fase de execução reduziu 18,20%, enquanto na 4ª Região verificou-se queda de 2,50% no acervo de processos pendentes da fase de execução. A taxa de congestionamento da unidade na fase de execução, de 69,92% em 2014, e de 78,35% em junho de 2015, foi menor que o congestionamento médio regional, de 70,81% e 83,77%, respectivamente.

Observou-se que as Metas 1/2014 e 5/2014 do CNJ não foram atendidas pela Unidade Judiciária, e os dados colhidos até junho de 2015 indicam probabilidade de não atingimento das Metas 1/2015 e 5/2015, bem assim das Metas específicas para a Justiça do Trabalho. Em contrapartida, a Unidade Judiciária atendeu as Metas do CNJ anteriores a 2014, e as Metas 2/2014, 6/2014, e 6/2015. Quanto às Metas 2/2015 e 7/2015 o período de apuração ainda não se completou.

A respeito do prazo de tramitação dos processos, constatou-se redução média de 1,75% na fase de conhecimento, em 2014. Nos processos do rito sumaríssimo transcorreram cerca de 71,62 dias do ajuizamento da ação até a prolação da sentença, e nos de rito ordinário cerca de 214,46 dias. No mesmo período de apuração, verificou-se na 4ª Região que o prazo médio de tramitação processual na fase de conhecimento foi de 93 dias nos processos sumaríssimos e 246 dias nas ações ordinárias. Para 2015, dados colhidos até junho projetam aumento médio de 1,49%, permanecendo o prazo médio da Unidade abaixo do prazo médio regional.

Na fase de liquidação, em 2014, o prazo de tramitação processual alcançou 240,94 dias nas ações ordinárias, mostrando-se mais moroso que o prazo médio regional, de 220 dias nos processos ordinários. O sistema e-Gestão não forneceu dados quanto ao prazo médio na fase de liquidação de processos sumaríssimos na unidade correccionada.

No pertinente à fase de execução, o prazo de tramitação processual, em 2014, alcançou 572 dias quando o executado é ente privado, e cresceu para 1.452,08 dias quando a execução é contra ente público, enquanto nas demais Unidades Judiciárias da 4ª Região foram aferidos prazos de 596 e 1.091 dias, respectivamente.

Verificou-se ainda que no ano de 2014, na Unidade Judiciária, o prazo médio para realização das audiências iniciais, tanto nos processos submetidos ao rito sumaríssimo quanto nas ações de rito ordinário, permaneceu próximo do lapso que se tem por adequado (até quarenta dias) para unidades desse porte. Na data da inspeção correcional, 18.8.2015, a pauta inicial estava em 32 dias para audiências em processos sumaríssimos e 30 dias nas ações ordinárias, ainda que, em junho de 2015, os dados do e-Gestão tenham apontado prazo médio de 57 dias para audiências iniciais nas ações ordinárias. Já no pertinente ao prazo médio em que realizadas as audiências de prosseguimento, apurou-se que na data da inspeção correcional, 18.8.2015, situava-se entre 90 e 185 dias, dentro do prazo que se tem por razoável para unidades com semelhante movimentação processual, que é de até 240 dias.

No pertinente aos processos eletrônicos, verificou-se que são movimentados regularmente, que a designação de audiências iniciais observa



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

o teor do art. 1º da Recomendação nº 01 de 30.01.2014 da Corregedoria e que as pastas e subpastas criadas no interior de cada tarefa têm organização adequada.

Nota-se, outrossim, que a exclusão da lista do BNDT daqueles que já quitaram seus débitos, em que pese alguns atrasos pontuais, como regra, **tem** recebido atenção adequada pela Unidade Judiciária, essencial como forma de disseminação positiva da viabilidade, efetividade e respeitabilidade desse sistema.

Verificou-se, ainda, a partir do exame, por amostragem, dos autos físicos, e da verificação das tarefas no PJe-JT, que a Unidade Judiciária tem atendido aos prazos legais para prática dos atos processuais, exceto atrasos pontuais, de regra verificados em períodos de férias, licenças ou greve de servidores.

12 RECOMENDAÇÕES E DETERMINAÇÕES

ITEM 3.4.3. (BNDT)

Recomenda-se que a Unidade Judiciária continue efetuando a conferência e, quando o caso, a exclusão dos devedores do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT), inclusive nos processos relacionados no item 3.4.3, nos termos do art. 2º do Provimento Conjunto nº 19, da Presidência e da Corregedoria Regional do TRT4, de 27.12.2011, sempre que determinada a extinção da execução ou o arquivamento dos autos.

ITEM 3.5 (Incidentes Processuais)

Determina-se que, em relação aos processos elencados no item 3.5, a Secretaria realize cotejo entre os andamentos lançados no sistema informatizado e a movimentação efetiva dos processos (tanto físicos quanto eletrônicos), lançando andamentos de entradas, conclusão e saídas dos incidentes processuais para correção das informações do sistema e-Gestão.

Recomenda-se, ainda, que periodicamente, sejam consultadas as tabelas do sistema e-Gestão para verificação dos incidentes processuais há mais de seis meses pendentes de decisão, com correção dos andamentos informatizados, quando for o caso.

ITEM 5.3.1. (Meta CNJ 1 - 2015)

Recomenda-se que a Unidade Judiciária tome as medidas necessárias para o atendimento da Meta 1/2015, julgando mais processos de conhecimento



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

do que os distribuídos em 2015, considerando-se que a Meta CNJ 1/2014, de igual conteúdo, já não foi cumprida pela Unidade Judiciária (item 5.2.1), e que os dados parciais de 2015, colhidos até 31.8.2015, apontam tendência de manutenção do quadro.

ITEM 5.3.3 (Meta CNJ 5 – 2015)

Recomenda-se que a Unidade Judiciária tome as medidas necessárias para o atendimento da Meta 5, baixando, em 2015, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução.

ITEM 5.3.5 (Meta CNJ 7 – 2015)

Recomenda-se que a Unidade Judiciária tome as medidas necessárias para o atendimento da Meta 7, identificando e reduzindo, até 31.12.2015, em 1,5% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior.

ITEM 5.3.6 (Metas do CNJ específicas da Justiça do Trabalho em 2015)

Recomenda-se que a Unidade tome as medidas necessárias para reduzir em 1% o tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento em relação ao ano base de 2014, bem como aumente, em 1% o índice de conciliação na fase de conhecimento em relação à média do biênio 2013/2014.

ITEM 6.3 e 6.4 (Prazo Médio – Audiências Iniciais e Audiências de Encerramento da Instrução)

Recomenda-se que sejam adotadas medidas para manter os prazos médios das audiências iniciais de processos ordinários e sumaríssimos dentro do lapso de até quarenta dias, que se tem por adequado para unidades desse porte.

Com relação às audiências de prosseguimento para fins de encerramento da instrução recomenda-se sejam envidados esforços para que não ultrapassem o prazo de até 240 dias, razoável para unidades com semelhante movimentação processual.

ITENS 7.10.1 e 7.10.2 (“Advogados – Cargas vencidas há mais de 10 dias” e “Peritos – Cargas vencidas há mais de 10 dias”)



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

Determina-se a cobrança **imediate** dos autos com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, bem como a redução do lapso para esse fim, em cumprimento ao disposto no art. 51, § 1º, da CPCR.

ITEM 7.10.3 (“Mandados – Prazos vencidos há mais de 10 dias”)

Determina-se a cobrança do mandado com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, bem como a redução do lapso para esse fim, em cumprimento ao disposto no art. 51, § 1º, da CPCR.

ITEM 8.1 (“Análise dos Processos Físicos”)

Atente, ainda, a Secretaria para as seguintes determinações e recomendações:

- a) objetivando a certeza dos atos processuais, observe a correta elaboração de termos e certidões, de maneira legível, fazendo constar a data (art. 148 da CPCR e art. 58 da CPCG/TST) e evitando lacunas e espaços em branco e múltipla escolha (art. 171 do CPC), certificando-se, ainda, de que estejam devidamente assinados e identificados os signatários (art. 150 da CPCR e arts. 57 e 58 da CPCG/TST), vedado seu lançamento em verso de documento (art. 69 do CPCR);
- b) quando da juntada de documentos reduzidos, observe rigorosamente o que determina o art. 68 e §§ da CPCR;
- c) atente para os requisitos estabelecidos no art. 53 CPCR ao preencher a folha de carga de processos.

ITEM 8.2 (Andamentos no inFOR)

Determina-se que a Unidade Judiciária observe o lançamento adequado dos andamentos no inFOR, a fim de evitar as práticas irregulares apontadas.

Recomenda-se:

- a) que a notificação às partes das datas de audiências seja realizada com presteza, assim que realizada a triagem inicial e análise de prevenção pela Coordenadoria de Controle da Direção do Foro;



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

- b) sejam mantidos atualizados os dados constantes sob os “agrupadores” do PJe, procedendo à exclusão manual dos processos em que já foi dado andamento;
- c) providencie o exame e cumprimento das pendências com mais de quinze dias existentes nas caixas “aguardando cumprimento de providência”, “aguardando cumprimento de providência - execução”, “preparar comunicação”.

Recomenda-se, ainda:

- que os processos que retornem do TRT ou TST à Unidade Judiciária com necessidade de inclusão em pauta sejam priorizados, com designação de audiência em prazo breve.

- que a Unidade Judiciária, sempre com a maior brevidade possível, encaminhe os equipamentos e móveis que já não tenham serventia à Coordenadoria de Controle da Direção do Foro com vista ao desfazimento desses bens, via doação a entidades e órgãos públicos, presentes as disposições do Decreto 99.658/1990.

13 PRESENCAS

Além do tempo destinado à conclusão da inspeção e ao contato direto com os juízes e os servidores da Unidade Judiciária, a Vice-Corregedora Regional esteve na Secretaria da 1ª Vara do Trabalho da Comarca, no dia 18.8.2015, das 11h às 12h, à disposição das partes, dos advogados, dos peritos e de quaisquer interessados para tratarem de questões referentes a essa Vara do Trabalho, sem que comparecessem advogados.

Compareceram para entrevistar a Vice-Corregedora o Sr. Cristiano Vargas, do Jornal Panorama e Rádio Taquara, e a Sra. Mariana Halmel, do Jornal NH.

14 PRAZO PARA RESPOSTA

O Diretor de Secretaria deverá cientificar os servidores lotados na Unidade Judiciária das recomendações e das determinações contidas neste Relatório de Inspeção, estabelecendo-se o prazo de 30 dias para comunicação pormenorizada à Vice-Corregedoria sobre a adoção das medidas necessárias ao integral suprimento de cada uma das inconsistências detectadas, inclusive quanto a cada um dos processos especificados.

15 ENCERRAMENTO



**PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL**

Registra-se a cordialidade dispensada pelos Juízes titular José Luiz Dibe Vescovi, e substituta Lúcia Rodrigues de Matos, pelo Diretor de Secretaria Pedro Holzbach, e pelos servidores presentes na Unidade Judiciária, prestando importante colaboração para o bom encaminhamento da inspeção correcional. E, para os devidos fins, é por mim, Nádia Beatriz Dadalt, Assessora do Gabinete da Desembargadora Vice-Corregedora, lavrado o presente Relatório, que é assinado pela Vice-Corregedora Regional.

**CARMEN GONZALEZ
Vice-Corregedora Regional**